



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Clínica – PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

Entre a violência sofrida e praticada: histórias de mulheres autoras de ofensa sexual

Ranieli Carvalho Gomes de Sousa

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF

Dezembro, 2025



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Clínica – PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC

Entre a violência sofrida e praticada: histórias de mulheres autoras de ofensa sexual

Mestranda: Ranieli Carvalho Gomes de Sousa

Orientadora: Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Brasília, DF
Dezembro, 2025

“Entre a violência sofrida e praticada: histórias de mulheres autoras de ofensa sexual”

Banca Examinadora:

Presidente:

Prof.^a Dra. Liana Fortunato Costa
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPGPsiCC/PCL/IP/UnB

Membros:

Prof. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida
Programa de Pós-Graduação em Sociologia UnB
Membro Interno

Prof.^a Dra. Carla Guanaes-Lorenzi
Universidade de São Paulo - USP
Membro Externo

Suplente:

Prof.^a Dra. Acileide Cristiane Fernandes Coêlho
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES-GDF

Brasília – DF, 18 de dezembro de 2025

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus avós José Ângelo, Luzia Gomes, José Mariano (in memoriam) e Sônia Maria, por todo o amor, incentivo e sabedoria que sempre me transmitiram. Foi com vocês que aprendi o verdadeiro valor da educação, da determinação e da perseverança. Mesmo sem formação acadêmica, foram meus primeiros e mais valiosos professores, mostrando, com o exemplo cotidiano, que o conhecimento não se limita aos livros. Cada conquista desta caminhada é fruto das lições que herdei de vocês. Tudo o que conquistei até aqui carrega um pouco do que aprendi e continuo aprendendo com cada um de vocês.

Ao meu companheiro Daniel Damasceno, minha gratidão e meu amor. Você escolheu caminhar ao meu lado desde o início da graduação e, em todos os momentos, nos mais leves e nos mais difíceis, foi presença firme e acolhedora. Obrigada por me lembrar, mesmo nos dias em que eu duvidava de mim, que eu era capaz. Obrigada por me acolher quando o cansaço parecia maior que a vontade, por enxugar minhas lágrimas, me ouvir em silêncio e me fortalecer com sua presença constante. Esta conquista também é sua, fruto do amor, da parceria e do companheirismo que me sustentaram ao longo dessa jornada.

Aos meus pais, Raimundo e Maria Antônia, agradeço por sempre acreditarem na educação como o caminho mais bonito e transformador. Sei que cada esforço, cada renúncia e cada palavra de apoio de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Agradeço, com o mesmo carinho, à minha madrinha Nilce, e às minhas tias Maria da Conceição, Maria de Lourdes e Raquel, além de toda a minha família, que sempre me apoiou, torceu e vibrou por cada pequena conquista. Cada gesto de vocês me deu a base emocional e afetiva necessária para seguir em frente com coragem.

Aos meus amigos, especialmente Bárbara, Stéfhanie, Andreza, Ranieri e Mariane, minha sincera gratidão por cada gesto de paciência, cada palavra de incentivo e por

acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava das minhas próprias forças. Também agradeço às minhas amigas que me acompanham desde a graduação, Ana Clara, Ana Quézia e Vanessa, que compartilharam comigo momentos de alegria, cansaço, almoços no RU, inclusive, momentos difíceis em sala de aula. Todos vocês foram abrigo nos dias difíceis e motivo de riso nos dias bons. A amizade de vocês foi essencial para equilibrar o peso das responsabilidades com a leveza das trocas genuínas.

Meu agradecimento especial à equipe do CEPAV Alecrim, Cássio, Cássia, Lana e Monique, que me recebeu com tanto acolhimento, confiança e generosidade. Obrigada por abrirem as portas do serviço e tornarem possível a realização desta pesquisa. O trabalho de vocês me inspira e reforça o sentido ético e humano do que significa cuidar.

Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof^a Dra. Liana Fortunato, com quem tanto aprendo. Sua orientação foi muito além do campo acadêmico, alcançou também o pessoal e o profissional. Obrigada por acreditar em mim desde o início, por me guiar com firmeza e sensibilidade e por me inspirar a ocupar este lugar com consciência, responsabilidade e afeto. Sua confiança e dedicação foram fundamentais para que este trabalho se tornasse possível e significativo.

Agradeço também a todas as pessoas que, de alguma forma, cruzaram meu caminho e contribuíram para esta trajetória, mesmo que seus nomes não estejam registrados aqui. Cada gesto, cada conversa, cada palavra de incentivo deixou marcas que me acompanharam e me fortaleceram ao longo do caminho.

Muito obrigada a todos vocês.

Esta conquista é, também, um pedacinho de cada um.

*"Mude, mas comece devagar,
porque a direção é mais importante
que a velocidade.*

*Sente-se em outra cadeira,
no outro lado da mesa.*

Mais tarde, mude de mesa.

*Quando sair,
procure andar pelo outro lado da rua.*

Depois, mude de caminho...

*Tome outros ônibus.
Mude por uns tempos o estilo das roupas.*

*Dê os teus sapatos velhos.
Procure andar descalço alguns dias.*

*Tire uma tarde inteira
para passear livremente na praia,
ou no parque,
e ouvir o canto dos passarinhos.*

Veja o mundo de outras perspectivas..."

Mudar

Clarice Lispector

Sumário

LISTA DE SIGLAS	7
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE FIGURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
1. APRESENTAÇÃO	12
2. INTRODUÇÃO	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO	25
3.1 BASE EPISTEMOLÓGICA	25
3.2 SUBJETIVIDADE DA PESQUISADORA	29
4. OBJETIVOS	31
4.1 OBJETIVO GERAL	31
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
5. MÉTODO	31
5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA	31
5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO	32
5.3 FONTE DAS INFORMAÇÕES	34
5.4 INSTRUMENTOS	35
5.5 PROCEDIMENTOS	36
5.5.1 Coleta de Informações	36
5.5.2 Análise das Informações	36
5.6 CUIDADOS ÉTICOS	38
6. RESULTADOS	38
6.1 FLUXO DOS ATENDIMENTOS	39
6.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	41
6.3 VIOLÊNCIAS SOFRIDAS E PRATICADAS	42
7. DISCUSSÃO	46
7.1 CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	47
7.2 VIOLÊNCIAS SOFRIDAS E PRATICADAS	56
7.2.1 Sofrimento psíquico e saúde fragilizada	56
7.2.2 Família: espaço de proteção ou de reprodução da violência?	59
7.2.3 Violências que atravessam o tempo: infância, adolescência e adultez	63

7.2.4 <i>Mulheres em cena: autoras ou coautoras?</i>	68
7.2.5 <i>Responsabilização como processo ético-político e relacional</i>	73
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES	94
APÊNDICE A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	94
APÊNDICE B - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	107

Lista de Siglas

BO – Boletim de Ocorrência

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP-CHS – Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CEP-FEPECS – Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde

CEPAV – Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNS – Conselho Nacional de Saúde

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

ES – Ensino Superior

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

MP – Ministério Público

NUPAV – Núcleo de Prevenção e Atenção à Violência

ONG – Organização Não Governamental

RELIPEN – Relatório de Informações Penais

RI – Registro Institucional

SA – Regime Semiaberto

SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania

SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais

SES/DF – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UnB – Universidade de Brasília

VEPEMA – Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas

VEPERA – Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto

VIJ – Vara da Infância e Juventude

VPI – Violência por Parceiro Íntimo

Lista de Tabelas

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica das mulheres atendidas no CEPAV

Alecrim.....41

Tabela 2: Informações sobre as violências sofridas e a saúde mental e física.....42

Tabela 3: Violências praticadas e processos de responsabilização.....44

Lista de Figuras

Figura 1: Fluxograma do percurso das mulheres até o ingresso no CEPAV

Alecrim.....40

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo compreender as histórias de vida e os processos de intervenção psicossocial de mulheres adultas que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes e foram atendidas em um serviço público especializado do Distrito Federal. Trata-se de um fenômeno ainda pouco explorado no cenário acadêmico brasileiro, marcado por forte invisibilidade institucional e por concepções sociais que dificultam o reconhecimento da mulher como possível autora de ofensa sexual. Nesse sentido, o estudo buscou contribuir para o preenchimento dessa lacuna, oferecendo uma análise crítica e aprofundada de um tema que desafia expectativas tradicionais de gênero e demanda abordagens sensíveis, éticas e interdisciplinares. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a análise documental como método principal. Foram examinados nove registros institucionais produzidos entre 2016 e 2025, interpretados à luz da perspectiva epistemológica de González Rey, articulada à perspectiva sistêmica novo-paradigmática e ao referencial da interseccionalidade. Os resultados foram organizados em dois eixos analíticos: a caracterização sociodemográfica das mulheres autoras de ofensa sexual e as violências sofridas e praticadas ao longo de suas trajetórias. As informações levantadas revelam trajetórias marcadas por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e subjetivas, evidenciando a interseção entre gênero, raça, classe e violências cumulativas ao longo do ciclo de vida. Entre as mulheres investigadas, observou-se histórico significativo de violência física, psicológica e sexual, além de experiências de negligência, vínculos afetivos frágeis ou conflituosos e manifestações graves de sofrimento psíquico, incluindo ideação e tentativas de suicídio. A pesquisa aponta que essas experiências não devem ser tomadas como justificativa para os atos praticados, mas configuram elementos fundamentais para a compreensão da complexidade do fenômeno e para subsidiar a construção de práticas de responsabilização e cuidado. Os achados evidenciam, ainda, a dificuldade de identificação, notificação e registro de casos de ofensa sexual cometida por mulheres, em grande parte devido a estereótipos de gênero profundamente arraigados, que associam o feminino ao cuidado, à maternidade e à suposta incapacidade de causar danos. Adicionalmente, verificaram-se lacunas nos registros institucionais e fragilidades nos dados judiciais disponíveis, limitando a compreensão sobre os percursos legais, clínicos e sociais das mulheres atendidas. A partir dos resultados, conclui-se que há necessidade urgente de formação e capacitação continuada de profissionais da rede de saúde, Justiça e assistência social, com foco em gênero, saúde mental e violência sexual. Recomenda-se, igualmente, a ampliação de estudos interinstitucionais, o fortalecimento das políticas públicas e a implementação de estratégias de intervenção integradas e intersetoriais, capazes de articular responsabilização ética, continuidade de cuidado e prevenção de novas violências. Por fim, embora baseada em uma amostra reduzida, esta pesquisa contribui para dar visibilidade a um fenômeno ainda pouco explorado no contexto brasileiro e oferece subsídios para o desenvolvimento de práticas mais humanizadas, contextualizadas e sensíveis às desigualdades estruturais que atravessam a vida dessas mulheres.

Palavras-chave: Abuso sexual; Mulher ofensora sexual; Intervenção psicossocial; Análise documental

Abstract

This dissertation aimed to understand the life stories and psychosocial intervention processes of adult women who committed sexual offenses against children and adolescents and were treated in a specialized public service in the Federal District. This is a phenomenon still little explored in the Brazilian academic scenario, marked by strong institutional invisibility and social conceptions that hinder the recognition of women as possible perpetrators of sexual offenses. In this sense, the study sought to contribute to filling this gap, offering a critical and in-depth analysis of a topic that challenges traditional gender expectations and demands sensitive, ethical, and interdisciplinary approaches. The investigation adopted a qualitative approach, using document analysis as the main method. Nine institutional records produced between 2016 and 2025 were examined and interpreted in light of González Rey's epistemological perspective, articulated with the new-paradigmatic systemic perspective and the framework of intersectionality. The results were organized into two analytical axes: the sociodemographic characterization of women who perpetrated sexual offenses and the violence suffered and perpetrated throughout their lives. The information gathered reveals trajectories marked by multiple social, economic, and subjective vulnerabilities, highlighting the intersection between gender, race, class, and cumulative violence throughout the life cycle. Among the women investigated, a significant history of physical, psychological, and sexual violence was observed, in addition to experiences of neglect, fragile or conflictual emotional bonds, and severe manifestations of psychological distress, including suicidal ideation and attempts. The research indicates that these experiences should not be taken as justification for the acts committed, but constitute fundamental elements for understanding the complexity of the phenomenon and for supporting the construction of accountability and care practices. The findings also highlight the difficulty in identifying, reporting, and registering cases of sexual assault committed by women, largely due to deeply ingrained gender stereotypes that associate femininity with caregiving, motherhood, and a supposed inability to cause harm. Additionally, gaps were found in institutional records and weaknesses in available judicial data, limiting the understanding of the legal, clinical, and social trajectories of the women served. Based on the results, it is concluded that there is an urgent need for ongoing training and capacity building for professionals in the health, justice, and social assistance networks, focusing on gender, mental health, and sexual violence. It is also recommended to expand interinstitutional studies, strengthen public policies, and implement integrated and intersectoral intervention strategies capable of articulating ethical accountability, continuity of care, and prevention of further violence. Finally, although based on a small sample, this research contributes to giving visibility to a phenomenon that is still little explored in the Brazilian context and offers support for the development of more humanized, contextualized practices that are sensitive to the structural inequalities that permeate the lives of these women.

Key-words: Sexual abuse; Female sexual offender; Psychosocial intervention; Document analysis

1. Apresentação

“Se vou todos os dias pelo mesmo caminho, não olho para mais nada, não presto atenção em mim ou no ambiente. Mas se penetro numa rua desconhecida, começo a perceber as janelas, os buracos no chão, despertando, para as pessoas que passam, os odores, os sons...”

(Klauss Vianna, 1990)

O interesse pela temática da violência sexual surgiu ainda durante a graduação em Psicologia. Em 2019, cursei duas disciplinas que despertaram meu olhar sobre o tema: *Intervenções Psicossociais com Crianças e Adolescentes e Intervenções Psicossociais em Contexto de Violência*. Essas disciplinas me proporcionaram uma nova compreensão sobre o fenômeno da violência e suas múltiplas facetas. Como desdobramento desse interesse inicial, em 2020 decidi desenvolver uma pesquisa sobre violência sexual. Nesse processo, busquei docentes da Universidade de Brasília (UnB) que atuassem na área e, assim, conheci a professora Dra. Liana Fortunato Costa, que posteriormente se tornou minha orientadora.

O encontro com a Liana representou um marco transformador em minha trajetória acadêmica e pessoal, pois propiciou uma ampliação de perspectiva sobre o fenômeno da violência sexual. Explico o porquê: em nosso primeiro contato, ela me convidou a ir até sua casa para conversarmos sobre meu interesse em pesquisar violência sexual. Durante essa conversa, expus uma condição: "quero pesquisar sobre violência sexual, mas não quero ter contato com os autores". Na ocasião, Liana me explicou que estudar violência sexual envolve compreender tanto as experiências das vítimas quanto as dos autores da violência, considerando que, muitas vezes, ambos compartilham o mesmo ambiente familiar. Ela

ressaltou, ainda, que os autores também precisam ser incluídos nas ações de cuidado e intervenção, a fim de que o ciclo da violência possa ser efetivamente interrompido.

Hoje, ao olhar para trás, reconheço que minha dificuldade inicial estava atravessada por preconceitos. Existia em mim uma barreira que impedia um olhar mais amplo, inclusive em relação aos autores da violência. No entanto, aquela conversa me marcou profundamente, provocando uma reflexão crítica sobre meus próprios julgamentos. Desde então, minhas pesquisas têm sido direcionadas a esse público. Inicialmente, investiguei adolescentes autores de violência sexual, trabalho que resultou na publicação do artigo “Avaliação de Reincidência de Ofensa Sexual Cometida por Adolescentes de 16-18 anos” (Silva et al., 2021).

Em seguida, realizei duas pesquisas com homens adultos autores de violência sexual, uma delas publicada sob o título “Participação de Ofensores Sexuais em Intervenção Psicossocial: Trajetória do Medo à Coragem” (Sousa & Costa, 2024), e uma outra com publicação já aprovada (Sousa & Costa, aceito), com o título “Masculinidade Hegemônica em Adultos Ofensores Sexuais: Uma Pesquisa Documental em Instituição Pública”. Mais recentemente, desenvolvi um estudo com adolescentes com deficiência cognitiva que cometeram violência sexual, o qual também foi publicado com o título “Intervenção Grupal em Família: Adolescentes com Déficit Cognitivo que Cometeram Ofensa Sexual” (Moreira, Borges, Mesquita et al., 2025).

Essas experiências, vividas ainda durante a graduação, fortaleceram meu desejo de continuar na vida acadêmica e ingressar no mestrado. No entanto, minha trajetória até aqui foi atravessada por inúmeros desafios que, em muitos momentos, me fizeram duvidar da possibilidade de alcançar esse objetivo. Sou mulher, negra, periférica, e precisei enfrentar muitas barreiras para chegar até aqui. Não foi, e não tem sido, fácil, mas posso afirmar que todo o percurso tem valido a pena.

Durante o desenvolvimento das pesquisas, tive a oportunidade de atuar no Centro de Especialidade para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV). Lá, participei de supervisões nas quais pude acompanhar discussões de casos clínicos, inclusive de mulheres que haviam cometido ofensa sexual. Essa vivência foi profundamente enriquecedora, pois me possibilitou escutar profissionais experientes e comprometidos, que contribuíram significativamente para minha formação. A partir desse contato, surgiu o interesse em seguir investigando os autores de violência sexual, com um olhar específico para as mulheres nessa posição, o que motivou a escolha do tema da presente dissertação.

Foi por meio da realização dessas pesquisas, da participação nas supervisões do CEPAV e dos diálogos com a professora Liana que pude me aproximar da Teoria Sistêmica, e compreendi a importância de considerar a violência como um fenômeno interrelacional, complexo, instável, contextual e intersubjetivo. Por essa razão, este trabalho se inscreve na perspectiva da epistemologia novo-paradigmática de Esteves de Vasconcellos (2012).

Dessa forma, espero que esta dissertação contribua para a ampliação do conhecimento acerca das mulheres autoras de ofensa sexual, oferecendo subsídios teóricos e práticos que auxiliem profissionais na construção de intervenções mais qualificadas e sensíveis às especificidades desse público. Almejo, ainda, que este estudo possa estimular o interesse de outros pesquisadores e profissionais, ampliando o debate sobre esse grupo e sobre as dinâmicas de violência nas quais estão inseridos e atuam, favorecendo avanços tanto no campo da pesquisa quanto nas práticas de cuidado e responsabilização.

2. Introdução

A palavra violência tem origem no latim *violentia*, derivada do termo *vis*, que remete ao uso intencional da força física ou do poder, seja por meio de ação ou ameaça, direcionado contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo (Minayo, 2020; Siqueira & Oliveira, 2025).

Trata-se de um fenômeno complexo, sistêmico e historicamente situado, presente nas relações humanas e sociais em todas as culturas. Suas manifestações não são estáticas, ao contrário, transformam-se ao longo do tempo e assumem novas formas de expressão conforme os contextos históricos, políticos e socioculturais (Minayo, 2006; 2020).

A violência abrange fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais que interagem entre si e atingem as pessoas de maneira direta e indireta. Constitui, assim, um elemento de interseção que conecta valores culturais a expectativas sobre papéis de gênero, desigualdades sociais e relações de poder (Costa et al., 2025; Minayo et al., 2017). Quanto à sua natureza, pode ser classificada em cinco categorias principais: abusos ou maus-tratos físicos, violência psicológica, violência sexual, negligência e privação de cuidados (Minayo et al., 2017). Cada uma dessas formas expressa modalidades distintas de violação, mas que frequentemente coexistem e se reforçam mutuamente.

No que se refere à violência sexual contra crianças e adolescentes, esta pode ser compreendida como qualquer conduta que os constranja a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato de natureza sexual. Tal definição inclui desde a exposição do corpo por meio de fotos ou vídeos, em ambiente físico ou virtual, até situações que envolvem contato físico com ou sem penetração, bem como aquelas em que não há toque, mas ainda assim configuram violação (Lei nº 13.431, 2017). Trata-se de um fenômeno igualmente complexo e multifacetado, passível de ocorrer em todas as classes sociais e ciclos de vida, e que não se restringe ao ato em si. Envolve também ações, omissões e contextos sociais, familiares e institucionais que produzem e sustentam práticas de violência (Conselho Federal de

Psicologia [CFP], 2009; Locatelli et al., 2023; Moreira et al., 2025). Nesse sentido, a violência sexual implica a negação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, reduzindo-os à condição de objeto e desconsiderando sua autonomia, dignidade e vontade própria.

Segundo a Lei nº 13.431 (2017), a violência sexual infantojuvenil pode assumir três formas principais: abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas. O abuso sexual é compreendido como toda ação em que um adulto, em posição de poder ou autoridade, utiliza a criança ou o adolescente para fins sexuais. Essa prática pode envolver conjunção carnal ou outros atos de natureza libidinoso, com o objetivo de obtenção de satisfação sexual própria ou de terceiros, e pode ocorrer em dois contextos distintos: o intrafamiliar, quando cometido por indivíduos pertencentes ao núcleo familiar, como responsáveis, parentes ou pessoas próximas, e o extrafamiliar, quando ocorre fora das relações familiares, sendo geralmente praticado por um adulto sem vínculos parentais ou até mesmo por desconhecidos da vítima (Costa et al., 2018; Moreira et al., 2025; Siqueira & Oliveira, 2025).

A exploração sexual comercial refere-se ao uso da criança ou do adolescente em atividades sexuais com a finalidade de obter lucro financeiro ou qualquer outra forma de compensação. Pode ocorrer de forma independente ou sob o patrocínio, apoio ou incentivo de terceiros, tanto presencialmente quanto por meios eletrônicos. O tráfico de pessoas, por sua vez, corresponde ao recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de crianças e adolescentes, dentro do território nacional ou em deslocamentos internacionais, para fins de exploração sexual (CFP, 2009; Lei nº 13.431, 2017).

Atualmente, observa-se uma multiplicidade de denominações utilizadas para se referir à violência sexual. Um termo que tem ganhado destaque na literatura é “ofensa sexual”. Esse termo tem sido utilizado por autores estrangeiros e, no contexto nacional, corresponde ao

conceito de abuso sexual (Deslandes et al., 2015; Siqueira & Oliveira, 2025; Werner, 2020). No entanto, há uma distinção relevante em seu uso: enquanto a expressão abuso sexual costuma ser associada às experiências vividas pelas vítimas, a expressão ofensa sexual vem sendo utilizada para designar o ato praticado e, conseqüentemente, a pessoa que o cometeu (Santos & Costa, 2016; Werner, 2020). Dessa forma, nesta dissertação, optei pelo uso do termo ofensa sexual, uma vez que o objeto central da pesquisa é a experiência de mulheres que cometeram tais atos.

A literatura sobre ofensa sexual geralmente se concentra na prevalência de casos que envolvem um ofensor masculino adulto e uma vítima feminina (Beeby et al., 2020; Curti et al., 2019; Ten Bensel et al., 2019). Essa percepção se reflete na sociedade por meio de mitos como "os homens não podem ser vítimas de ofensa sexual", "apenas homens cometem ofensa sexual" ou "a ofensa sexual só pode ocorrer entre um homem e uma mulher" (Costa et al., 2025; Turchik et al., 2016). Esses mitos são difundidos não apenas entre o público em geral, mas também em instituições sociais importantes, como Medicina, Direito e a mídia (Christensen, 2023; Oliver & Holmes, 2015; Tozdan et al., 2019). No entanto, focar apenas neste perfil de vítima e de ofensor limita o entendimento do fenômeno, bem como a conscientização do público, os recursos de tratamento e as ações de responsabilização. Os estudos apontam que a ofensa sexual pode envolver vítimas tanto do sexo masculino como feminino e o perpetrador pode ser tanto uma mulher como um homem (Marshall, 2018; Penso et al., 2016; Ten Bensel et al., 2019).

A partir das décadas de 1980 e 1990, começaram a surgir registros de casos de ofensa sexual perpetrados por mulheres em países de língua inglesa (Grayston & De Luca, 1999; Passarella et al., 2019; Tozdan et al., 2019). O escopo da investigação se ampliou à medida que estudos recentes analisaram as necessidades de tratamento de mulheres adultas autoras de ofensas sexuais, o histórico de saúde mental, estilos de ofensa, contextos dos crimes, taxas de

reincidência sexual e tipologias (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Miccio-Fonseca, 2000; Oliver & Holmes, 2015). No entanto, o entendimento deste fenômeno ainda está consideravelmente aquém dos seus homólogos masculinos (Christensen, 2018; Curti et al., 2019; Morgan & Long, 2018).

No contexto brasileiro, quando se trata das mulheres que cometem ofensa sexual, sejam adultas ou adolescentes, o conhecimento ainda é escasso (Passarela et al., 2019; Setubal et al., 2019). Frequentemente, a ofensa sexual perpetrada por mulheres não recebe a devida atenção, uma vez que tanto profissionais quanto a sociedade em geral enfrentam desafios para identificar essa forma de violência. Isso ocorre porque a tendência é minimizar o problema, sustentada pela visão estereotipada da mulher sendo sempre associada ao papel de cuidadora (Saffioti, 2015; Setubal & Wolff, 2025), ou por categorizá-la como tendo distúrbios psicológicos (Passarela et al., 2019; Setubal et al., 2019). Essa minimização é visível, também, no sistema jurídico, onde frequentemente a abordagem é tolerante ou negligente em relação à identificação e responsabilização das mulheres que cometem ofensa sexual (Hull et al., 2024; Kington, 2014; Passarela et al., 2019).

As construções tradicionais de masculinidade e feminilidade frequentemente normalizam o comportamento abusivo de um homem. Contudo, quando se trata de mulheres, há uma resistência maior em reconhecer sua capacidade de cometer ofensas sexuais. O caso torna-se ainda mais complexo quando a autora da violência é a mãe ou a principal cuidadora, pois o abuso materno desafia radicalmente a lógica a respeito da feminilidade e maternidade (Curti et al., 2019). Assim, mulheres que cometem ofensa sexual contra seus filhos tendem a ser rotuladas como loucas, más e/ou vítimas (Bickart et al., 2019; Peter, 2006). No entanto, a patologização dessas mulheres ajuda a perpetuar o mito social de que qualquer mãe que ofende sexualmente seu filho é louca. Como observa Peter (2006), tais construções

simplificadas são problemáticas, porque as mulheres podem ser más e boas, loucas e sãs, vitimizadoras e vitimizadas.

A persistência do estereótipo de que mulheres são exclusivamente cuidadoras está enraizado tanto na sociedade quanto nas próprias mulheres ofensoras (Brown & Kloess, 2020; Hull et al., 2024; Saffioti, 2015). Isso é evidente quando essas mulheres não reconhecem seus atos como abusivos e justificam suas ações com base em seus papéis como mães (Setubal et al., 2019). Assim, essas mulheres permanecem sem serem notificadas ou denunciadas, sem serem responsabilizadas e sem receber qualquer forma de assistência psicológica (Passarela et al., 2019). Vale ressaltar que a crença de que uma criança sob os cuidados de uma mulher está sempre protegida perpetua a falta de compreensão das dinâmicas sociais, ignorando a possibilidade de mulheres serem ofensoras (Cortoni et al., 2016; Passarela et al., 2019; Peter, 2006). Além disso, o mito da mulher como ser maternal e protetora (Saffioti, 2015; Setubal & Wolff, 2025) pode contribuir para a persistência da ofensa sexual cometida por mulheres e criar ambientes favoráveis a esses comportamentos.

Muitas vezes, a ofensa sexual cometida por mulheres tende a permanecer oculta por períodos mais longos, o que pode intensificar os danos sofridos pelas vítimas (Christensen, 2018; Passarela et al., 2019). Estudos apontam que o impacto sobre as vítimas é semelhante, em alguns aspectos, ao causado pela ofensa sexual perpetrada por homens, incluindo baixa autoestima, sentimentos de raiva, dificuldades emocionais e comportamentais, automutilação e uso problemático de substâncias. Entretanto, observa-se uma diferença significativa em relação à dificuldade de denúncia (Beeby et al., 2020; Curti et al., 2019; Morgan & Long, 2018).

O silêncio que envolve a ofensa sexual cometida por mulheres, aliado ao escasso reconhecimento social e institucional desse fenômeno, contribui para a invisibilidade das vítimas e para a ausência de respostas adequadas por parte de profissionais e da sociedade em

geral (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Christensen, 2023; Hull et al., 2024).

Adicionalmente, considerando o papel de cuidadora que essas mulheres frequentemente desempenham, as vítimas podem apresentar maior dificuldade em reconhecer o comportamento como abusivo, sobretudo quando este se manifesta em conjunto com expressões de afeto e cuidado. Nesses casos, a ambiguidade da relação dificulta a identificação da violência e pode levar a um prolongamento do sofrimento (Budd & Bierie, 2020; Morgan & Long, 2018; Peter, 2006; Tozdan et al., 2019).

É importante destacar que a ofensa sexual infantojuvenil é um crime subnotificado, independentemente do gênero do perpetrador (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2022; Locatelli et al., 2023). No que se refere especificamente às mulheres, Turchik et al. (2016) identificaram que as taxas autorreferidas de perpetração sexual variam de 2% a 24%, a depender da fonte de informação e do método de coleta de dados. De modo semelhante, o estudo de Cortoni et al. (2016) apontou que a prevalência de ofensas sexuais cometidas por mulheres oscila entre 0,4% e 6,8% quando os casos são reportados às autoridades, chegando a 24,4% em pesquisas de vitimização.

Estimativas provenientes de inquéritos de vitimização e registros oficiais em países como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia indicam que as mulheres correspondem, em média, a cerca de 5% do total de ofensores sexuais (Beeby et al., 2020; Morgan & Long, 2018). Contudo, diversos autores alertam que esses números provavelmente não refletem a real dimensão do fenômeno, em virtude da invisibilidade e da baixa notificação dos casos (Christensen, 2023; Gölge et al., 2021; Grayston & De Luca, 1999). Ademais, deve-se enfatizar que grande parte das estimativas disponíveis sobre a extensão desse fenômeno baseia-se em amostras pequenas e não representativas, predominantemente clínicas ou forenses, o que limita a generalização dos resultados (Beeby et al., 2020; Brown & Kloess, 2020; Cortoni et al., 2016).

No Brasil, o Relatório de Informações Penais (RELIPEN), publicado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2024), indica que, até 31 de dezembro de 2024, havia 52.244 pessoas privadas de liberdade por crimes contra a dignidade sexual, conforme tipificados na Lei nº 12.015 (2009). Desse total, 924 eram mulheres (1,76%), sentenciadas pelos seguintes delitos: estupro (126), atentado violento ao pudor (22), estupro de vulnerável (644), corrupção de menores (51), tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual (1), tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual (2) e outros (78).

Cabe destacar que o crime de “atentado violento ao pudor” foi revogado pela Lei nº 12.015/2009 (2009), deixando de existir como tipo penal autônomo e passando a ser incorporado ao crime de estupro. Apesar disso, a expressão ainda aparece nos registros oficiais da SENAPPEN. Ainda que esses números forneçam um panorama importante sobre a participação feminina em crimes contra a dignidade sexual, é provável que não capturem a extensão real do fenômeno (Bickart et al., 2019; Setubal et al., 2019).

De acordo com a literatura, os principais fatores associados à gênese da ofensa sexual cometida por mulheres adultas incluem experiências de maus-tratos, exposição à violência verbal, física e sexual, isolamento social, rompimento de vínculos afetivos, violência intrafamiliar e uso abusivo de drogas ou álcool (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gannon & Rose, 2008; Tozdan et al., 2019). Estudos como os de Costa et al. (2023) e Setubal e Wolff (2025) ressaltam que grande parte dessas mulheres vivenciou formas severas de violência durante a infância e pré-adolescência. Esses abusos incluem dimensões físicas, emocionais e sexuais, geralmente infligidos por múltiplos ofensores, que muitas vezes são membros da própria família, e por um período prolongado, resultando em traumas duradouros (Passarela et al., 2019; Passarela et al., 2025). Além disso, elas frequentemente apresentam históricos de sofrimento mais intensos quando comparadas aos homens que cometeram atos semelhantes. Muitas apresentam problemas de saúde mental, baixa autoestima e, na vida adulta,

estabelecem relacionamentos amorosos marcados por violência (Oliver & Holmes, 2015; Setubal et al., 2019; Tozdan et al., 2019).

No âmbito das intervenções psicossociais, as abordagens de prevenção, tratamento e redução de riscos em casos de ofensa sexual têm se centrado predominantemente em perpetradores masculinos e em vítimas femininas (Gölge et al., 2021). Pesquisas evidenciam a ausência de protocolos específicos voltados para mulheres que cometem esse tipo de crime, levando muitos profissionais a aplicarem os mesmos modelos de intervenção utilizados com homens ofensores (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Gölge et al., 2021). Entretanto, tais abordagens mostram-se limitadas, pois não contemplam todas as nuances e especificidades da trajetória feminina na ofensa sexual (Marshall, 2018). Embora mulheres e homens possam cometer delitos semelhantes e, em alguns aspectos, manifestar comportamentos comparáveis, suas motivações são frequentemente distintas (Miccio-Fonseca, 2000; Morgan & Long, 2018; Wijkman & da Silva, 2020). Reconhecer e compreender essas distinções é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e de tratamento mais eficazes.

É essencial que as intervenções psicossociais sejam ofertadas tanto a ofensores sexuais masculinos quanto femininos, com o objetivo primordial de proteger as vítimas e prevenir a reincidência (CFP, 2009; Marshall, 2018; Meneses et al., 2016). Contudo, como ressaltam Brown e Kloess (2020) e Setubal e Wolff (2025), é um equívoco aplicar o mesmo método de intervenção a homens e mulheres. No atendimento a mulheres, torna-se necessário adotar uma abordagem abrangente e sistêmica, que considere múltiplas dimensões: a história de vida, a presença de possíveis transtornos psiquiátricos, os problemas interpessoais ou conjugais, as experiências de violência vividas e a intensidade dessas violências. Além disso, a maternidade representa uma dimensão importante a ser considerada, visto que muitas dessas mulheres são mães e têm os filhos como vítimas diretas ou indiretas da ofensa, o que

complexifica as dinâmicas de responsabilização e intervenção (Bickart et al., 2019; Setubal et al., 2019).

É fundamental que o processo de intervenção seja conduzido em um ambiente acolhedor, ético e livre de julgamentos, assegurando condições para que as mulheres possam expressar suas vivências e significados de maneira segura e legítima (Costa et al., 2025; Passarela et al., 2025). Tal processo demanda uma atuação interdisciplinar, que articule diferentes olhares, saberes e práticas profissionais, em consonância com as diretrizes do CFP (2009). Além disso, a literatura evidencia o potencial do método psicodramático como mediador no trabalho clínico e psicossocial com autores de ofensa sexual, especialmente quando associado à perspectiva de gênero e desenvolvido em formatos grupais. Nesses contextos, o psicodrama possibilita a criação de espaços de reflexão, elaboração simbólica e ressignificação de experiências, ampliando o reconhecimento de responsabilidades e a construção de novas formas de relação consigo e com os outros (Costa et al., 2023; Passarela et al., 2019; Setubal & Wolff, 2025).

No contexto jurídico, observa-se frequentemente uma abordagem mais leniente na avaliação e responsabilização das mulheres que cometem crimes sexuais, o que pode resultar em penas mais leves em comparação aos homens que cometem os mesmos delitos (Bickart et al., 2019; Kington, 2014; Patterson et al., 2019). Estudos anteriores indicam que tanto a polícia quanto profissionais do sistema de Justiça tendem a tratar as ofensoras sexuais de maneira distinta em relação aos ofensores masculinos, evidenciando, em alguns casos, um viés favorável às mulheres. Um dos principais fatores que parece contribuir para essa disparidade está relacionado aos estereótipos de gênero tradicionais (Chesney-Lind & Chagnon, 2016; Patterson et al., 2019). Essa perspectiva estereotipada não apenas influencia a forma como as mulheres são julgadas, mas também interfere no reconhecimento da gravidade de seus atos e na efetiva proteção das vítimas.

Patterson et al. (2019) ressaltam a importância de que o sistema de Justiça ofereça respostas adequadas aos crimes sexuais cometidos tanto por homens quanto por mulheres. As disparidades nas sentenças, quando favorecem as autoras de ofensa sexual, podem reforçar a percepção social de que a ofensa sexual praticada por mulheres é menos prejudicial ou perigosa, levando à ideia de que elas são menos culpadas, o que pode impactar as vítimas (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Christensen, 2023). Isso também pode desencorajar outras vítimas a denunciar, por medo de não serem acreditadas.

Além disso, é necessário reconhecer que, para além da responsabilização judicial, as mulheres que cometem ofensas sexuais demandam atenção clínica e acompanhamento psicossocial especializado, considerando as especificidades de suas trajetórias de vida. Assim, a resposta social e institucional à ofensa sexual não deve se restringir à dimensão punitiva, mas precisa integrar medidas de cuidado, prevenção e intervenção terapêutica (Passarela et al., 2025; Werner, 2020), pois não tratar os ofensores sexuais, independentemente do gênero, afeta diretamente a segurança da comunidade e aumenta o risco de novas vítimas potenciais.

A realização deste estudo se justifica pela necessidade de abordar uma temática ainda pouco explorada e frequentemente negligenciada, tanto no âmbito acadêmico quanto social. A ofensa sexual cometida por mulheres representa uma realidade complexa, que desafia estereótipos culturais profundamente enraizados, como a concepção da mulher exclusivamente no papel de cuidadora e protetora. Além disso, muitas dessas mulheres apresentam históricos de intensa vitimização, o que ressalta a necessidade de intervenções específicas que considerem seus traumas e realidades particulares.

Diante desse panorama, surge a questão central que orienta esta dissertação: como se configuram as histórias de vida e os processos de intervenção psicossocial de mulheres adultas autoras de ofensa sexual atendidas em uma instituição de saúde pública?. Ao

investigar tal problemática, pretende-se contribuir para o preenchimento de lacunas relevantes no conhecimento científico atual. Espera-se que os resultados desta pesquisa ofereçam subsídios para o desenvolvimento de estratégias de intervenção e responsabilização mais eficazes, além de promover uma compreensão mais crítica, justa e informada acerca da ofensa sexual perpetrada por mulheres.

Por fim, é importante destacar que neste estudo, o termo história de vida é utilizado em sentido operativo e situado, para designar o conjunto de informações presentes nos registros institucionais das mulheres atendidas em uma instituição de saúde pública. Esses registros reúnem dados referentes à infância, adolescência e adultez, bem como elementos relativos aos circuitos de saúde e justiça, possibilitando a reconstrução de trajetórias por meio de eventos marcantes, vínculos estabelecidos e contextos de vulnerabilidade e responsabilização. Não se trata, portanto, de histórias de vida produzidas por meio de entrevistas em profundidade ou de narrativas autobiográficas contínuas, mas de histórias de vida documentais, constituídas em um campo intersubjetivo que envolve as vozes das próprias mulheres, dos profissionais que registram suas experiências e das instâncias jurídicas que as atravessam. Ao adotar essa nomenclatura, busca-se enfatizar que os registros institucionais não se restringem a descrições pontuais de fatos, mas configuram trajetórias complexas, atravessadas por gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, as quais permitem compreender de modo mais amplo as condições de produção da ofensa sexual e os caminhos percorridos nos processos de intervenção psicossocial.

3. Referencial Teórico

3.1 Base Epistemológica

A pesquisa sobre mulheres autoras de ofensa sexual se insere em um campo complexo e multidimensional, que exige uma abordagem epistemológica robusta e abrangente.

Tradicionalmente, a ofensa sexual tem sido associada predominantemente a ofensores masculinos, com pouco foco na compreensão das mulheres como perpetradoras (Brown & Kloess, 2020; Oliver & Holmes, 2015). Esse viés de gênero nas pesquisas limita a compreensão completa do fenômeno, destacando a necessidade de uma base epistemológica que contemple a complexidade desse tema (Cortoni et al., 2016; Turchik et al., 2016).

Nesse sentido, o pensamento sistêmico novo-paradigmático, desenvolvido por Maria José Esteves de Vasconcellos (2012), oferece uma estrutura teórica particularmente valiosa para esta análise. Essa abordagem rompe com os paradigmas cartesiano-linear e reducionistas que, por séculos, buscaram explicar o comportamento humano a partir de relações rígidas de causa e efeito. Em contraposição, propõe uma compreensão integrada da realidade, reconhecendo que as múltiplas dimensões biológica, psicológica, relacional, social e cultural, interagem continuamente na constituição das experiências e dos comportamentos humanos.

Quando aplicada ao estudo das mulheres autoras de ofensa sexual, essa perspectiva permite deslocar o foco da culpabilização individualizada para uma análise mais ampla e contextualizada, que considera as dinâmicas relacionais, os processos intersubjetivos e os atravessamentos estruturais que marcam suas trajetórias. Assim, evita-se a leitura simplista que atribui exclusivamente ao indivíduo a origem da violência, favorecendo uma compreensão mais profunda das condições que moldam tanto a produção quanto a reprodução dessa prática.

A complexidade do fenômeno da ofensa sexual perpetrada por mulheres torna especialmente relevante o emprego da abordagem sistêmica, que reconhece a interconexão entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Esteves de Vasconcellos, 2012). Sob essa ótica, a violência deixa de ser compreendida como um evento isolado ou circunscrito à história pessoal da autora, passando a ser analisada como resultado de uma teia de influências, interações e padrões que se manifestam de formas singulares em diferentes

contextos (Minayo, 2006). Ao privilegiar essa leitura ampliada, a perspectiva sistêmica possibilita identificar relações e dinâmicas que frequentemente permanecem invisíveis em análises tradicionais baseadas em modelos lineares de causalidade.

A instabilidade é uma característica inerente ao fenômeno da ofensa sexual, especialmente quando se trata de mulheres ofensoras. A instabilidade aqui se refere à variabilidade nas motivações, métodos e consequências dos atos violentos (Grattagliano et al., 2012; Setubal et al., 2019). Enquanto a violência masculina pode, em muitos casos, ser atribuída a uma expressão de poder e controle, a violência feminina pode envolver uma gama mais ampla de motivações, incluindo fatores psicológicos e contextuais (Turchik et al., 2016). Essa instabilidade demanda uma abordagem flexível e adaptativa na intervenção e responsabilização, reconhecendo que soluções únicas e rígidas são insuficientes para lidar com a realidade multifacetada da ofensa sexual perpetrada por mulheres (Cortoni et al., 2016).

A intersubjetividade é outro elemento fundamental na compreensão das mulheres autoras de ofensa sexual. Esse elemento se refere ao modo como as percepções, emoções e experiências individuais são compartilhadas e influenciadas pelas interações sociais (Esteves de Vasconcellos, 2012). No contexto da ofensa sexual, a intersubjetividade implica que os atos violentos não podem ser totalmente compreendidos sem considerar as relações sociais e os contextos nos quais ocorrem (Minayo, 2006). No caso das mulheres enquanto autoras, é essencial considerar como essas relações intersubjetivas moldam tanto o comportamento da ofensa quanto às respostas das vítimas e da sociedade (Passarela et al., 2019). Isso inclui entender como as mulheres percebem seu próprio comportamento e como são percebidas pelos outros, o que pode influenciar a eficácia das intervenções e das políticas de responsabilização (Gannon & Rose, 2008; Setubal et al., 2019).

No entanto, reconhecendo que a teoria sistêmica, por mais abrangente que seja, pode não dar conta de todas as nuances que atravessam o fenômeno, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais, propõe-se um atravessamento complementar da interseccionalidade, conceito formulado por Kimberlé Crenshaw (2004) e posteriormente desenvolvido por autoras como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e Carla Akotirene (2019). A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórico-política, possibilita uma análise crítica das imbricações entre raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais (Collins & Bilge, 2021), permitindo ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de vivência e expressão da ofensa sexual.

Como propõe Akotirene (2019), a interseccionalidade não é apenas uma metodologia de análise, mas uma práxis política que evidencia as sobreposições estruturais de opressão, possibilitando compreender como as experiências dessas mulheres são produzidas na confluência entre racismo, sexismo e desigualdade de classe. Essa abordagem é fundamental para acessar as diversas camadas de opressão e subjetividade que permeiam as histórias das mulheres aqui pesquisadas, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas vulnerabilidades.

O pensamento sistêmico novo-paradigmático de Esteves de Vasconcellos (2012) oferece ferramentas para explorar as dinâmicas intersubjetivas de maneira profunda e significativa. Ao reconhecer que as experiências individuais são moldadas por interações sociais complexas, a pesquisa pode evitar simplificações e generalizações inadequadas. Isso é particularmente importante no estudo de mulheres autoras de ofensas sexuais, onde as narrativas individuais e contextuais desempenham um papel significativo na compreensão dos comportamentos violentos (Costa et al., 2023). Além disso, a abordagem sistêmica permite a consideração de fatores estruturais e macrossociais (Esteves de Vasconcellos, 2012) que influenciam a violência sexual. Elementos como desigualdades de gênero, normas culturais e estruturas de poder devem ser analisados para entender plenamente o fenômeno

(Chesney-Lind & Chagnon, 2016; Costa et al., 2025; Minayo, 2006). A interseccionalidade, nesse sentido, fortalece o olhar sistêmico ao trazer à tona essas dimensões maiores e revelar como elas se inter-relacionam com as experiências individuais e intersubjetivas das ofensoras.

Por fim, a utilização do pensamento sistêmico novo-paradigmático, atravessado pela interseccionalidade, para estudar mulheres que cometeram ofensa sexual, abre caminho para abordagens de intervenção mais eficazes e humanizadas. Ao compreender a complexidade, instabilidade e intersubjetividade do fenômeno, bem como as diversas vozes implicadas nos processos de cuidado e responsabilização, as estratégias de prevenção e tratamento podem ser melhor adaptadas às necessidades específicas das ofensoras, promovendo uma abordagem mais contextualizada, crítica e informada da ofensa sexual.

3.2 Subjetividade da pesquisadora

Desde a infância, fui ensinada por meus pais, familiares, amigos e pela sociedade em geral que havia uma maneira “correta” de ser menina e menino. As meninas tinham que usar rosa, brincar de bonecas, aprender a cuidar do lar e, quando adultas, assumir a função de cuidadoras dos filhos e do marido. Já os meninos deveriam vestir azul, brincar com carrinhos e armas de brinquedo e, na vida adulta, tornar-se provedores do sustento da família. Crescer em meio a essas narrativas contribuiu para que eu naturalizasse a ideia de que o homem era naturalmente violento, enquanto a mulher deveria ser indefesa, cuidadora e protetora.

Esses discursos moldaram minha visão de mundo e por muito tempo não foram questionados, pois raramente somos incentivados a problematizar o que nos é ensinado. No entanto, ao longo do meu percurso acadêmico, especialmente ao estudar a violência sexual e seus autores, deparei-me com uma realidade heterogênea, que rompe com a ideia de que apenas homens cometem violência. Encontrei registros de ofensores homens e mulheres, em diferentes idades e contextos de vida. Esse contato me levou a desconstruir concepções

cristalizadas sobre gênero e a compreender que tanto homens quanto mulheres podem ocupar os lugares de vítimas e de autores de violência.

A decisão de pesquisar mulheres autoras de ofensa sexual nasce, portanto, de uma inquietação tanto pessoal quanto profissional diante da invisibilidade desse fenômeno e do desconforto que ele suscita ao desafiar padrões sociais sobre o feminino e a violência. O contato com esses dados suscita em mim afetos, estranhamentos e questionamentos que não representam obstáculos, mas sim elementos constitutivos do processo de produção de conhecimento, exigindo constante reflexão crítica sobre meu lugar de fala e escuta.

Reconheço, assim, que esta pesquisa não parte de um ponto de neutralidade, mas é atravessada pela minha formação em Psicologia, pelo percurso acadêmico e pela experiência profissional em contextos de atendimento a autores de ofensa sexual. Esses atravessamentos orientam meu olhar, influenciam as perguntas que faço e moldam as interpretações que construí ao longo do estudo. Tal implicação está em consonância com o pensamento sistêmico novo-paradigmático (Esteves de Vasconcellos, 2012), que compreende o pesquisador como parte do sistema investigado e não como um observador externo.

No percurso metodológico, assumo que minha subjetividade não é algo a ser neutralizado, mas um elemento constitutivo da produção do conhecimento. A relação pesquisador-pesquisado é de coconstrução, e não de exterioridade. Assim, a interpretação dos registros institucionais é inevitavelmente atravessada pela minha história, pelos referenciais teóricos que mobilizo e pelas inquietações que me movem.

Compreendo que todos estamos conectados e somos corresponsáveis pelo mundo em que vivemos. Por isso, não posso esperar passivamente que a mudança aconteça; é necessário engajamento em ações concretas que contribuam para transformações sociais. Sei que não é fácil, enquanto profissional, estudar ou trabalhar com a temática da violência sexual, e ainda mais desafiador é voltar o olhar para os autores. Contudo, acredito que o rompimento do ciclo

de violência exige que também os ofensores recebam atenção. É essa convicção que me moveu a dedicar este estudo às mulheres autoras de ofensa sexual.

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral consiste em compreender, a partir da análise documental, as histórias de vida e os processos de intervenção psicossocial de mulheres adultas que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes atendidas em uma instituição de saúde pública.

4.2 Objetivos Específicos

1. Descrever as trajetórias de vida dessas mulheres, considerando os atravessamentos de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais presentes em seus registros institucionais.
2. Caracterizar os atendimentos realizados no serviço, destacando tempo de acompanhamento, estratégias de intervenção e recursos metodológicos empregados.

5. Método

5.1 Abordagem metodológica

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Esse método de pesquisa visa compreender fenômenos sociais complexos e tem como objetivo investigar áreas com pouco conhecimento, detalhando e caracterizando os aspectos observados de maneira profunda e abrangente (Creswell, 2013). No caso específico das mulheres autoras de ofensa sexual, trata-se de um grupo de difícil acesso, o que reforça a pertinência dessa abordagem. A literatura aponta que a relutância dessas mulheres em participar de pesquisas acadêmicas está frequentemente associada ao receio de que a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) seja interpretada como

uma admissão formal da infração cometida, o que gera resistência e compromete a adesão aos estudos (Grattagliano et al., 2012; Wolff et al., 2016).

Além disso, pesquisas anteriores que investigaram autores de ofensa sexual, tanto homens quanto mulheres, têm recorrido amplamente à abordagem qualitativa, especialmente à análise documental, como estratégia metodológica. Esses estudos evidenciam a relevância e a adequação desse método para o campo (Budd & Bierie, 2020; Costa et al., 2018; Lordello & Costa, 2013; Morgan & Long, 2018; Passarela et al., 2019). Considerando esse cenário e as particularidades do público em questão, optou-se pela análise documental como método de coleta e organização dos dados, por se tratar de uma alternativa mais viável e adequada para acessar informações sobre esse grupo.

A pesquisa documental apresenta vantagens significativas, entre as quais se destaca o uso de documentos enquanto fontes estáveis, ricas e preservadas ao longo do tempo, permitindo reconstruir processos, identificar padrões e compreender dinâmicas institucionais com maior precisão. Ademais, sua aplicação dispensa o contato direto com os participantes, reduzindo possíveis riscos e desconfortos, bem como a necessidade de recursos financeiros elevados em comparação com metodologias baseadas em entrevistas ou observação direta (Salge et al., 2021). Nesse sentido, a análise documental mostrou-se não apenas factível, mas também metodologicamente consistente com os objetivos da presente investigação.

5.2 Contextualização

O circuito de proteção e garantia de direitos às vítimas de ofensa sexual que existe atualmente no Distrito Federal é protagonizado pelos Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência sexual, Familiar e Doméstica (CEPAVs). Os CEPAVs integram a chamada Rede de Flores, que reúne 18 unidades distribuídas pelo Distrito Federal (DF). Esses programas preveem atendimento, também, aos autores de violência, sejam eles adolescentes ou adultos, homens ou mulheres (Costa et al., 2025). Tais

programas pertencem à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF – e, até o momento, são geridos pelo Núcleo de Prevenção e Atenção à Violência (NUPAV). A intervenção se passa em uma unidade pública de saúde que faz parte de uma rede especializada em atendimento às vítimas e autores de violência.

A unidade do CEPAV Alecrim atende exclusivamente pessoas adultas (homens e mulheres, com idade acima de 18 anos) que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes pertencentes à mesma família ou ao círculo de convivência, encaminhadas pelo sistema de Justiça (Costa et al., 2025; Setubal et al., 2019). Especificamente no caso das mulheres, o encaminhamento também pode ocorrer por meio do sistema de saúde e de organizações do terceiro setor, como Organizações Não Governamentais (ONGs). O atendimento ao adulto do gênero masculino teve início em 2013 e, a partir de 2016, além de continuar recebendo encaminhamentos de homens adultos, o programa passou a receber mulheres que cometeram ofensa sexual encaminhadas pelo Ministério Público (MP) ou pela Vara da Infância e Juventude (VIJ) (Costa et al., 2023). Atualmente, a equipe do CEPAV Alecrim é composta por um psicólogo do gênero masculino, duas psicólogas do gênero feminino, duas assistentes sociais do gênero feminino e dois psiquiatras do gênero masculino.

Ao ingressarem no programa, as mulheres passam por uma etapa inicial de avaliação biopsicossocial, que contempla entrevistas individuais, familiares ou conjugais, além de avaliação psiquiátrica. A partir dessa fase, são definidas as decisões relativas aos encaminhamentos para atendimento psicossocial, seja individual ou em grupo. No entanto, até o momento, todas as autoras de ofensa sexual têm sido encaminhadas para atendimento individual e para atendimento ginecológico (Passarela et al., 2017; Setubal et al., 2019). Costa et al. (2023) propõem uma metodologia de atendimento grupal às mulheres; entretanto, esse formato de atendimento ainda não foi implementado.

Todos os atendimentos são conduzidos por uma dupla de profissionais que integram a equipe multidisciplinar do serviço. Quanto às estratégias de intervenção, são utilizados recursos metodológicos como genograma, ecomapa, mapa de rede, linha da vida e arteterapia. O genograma corresponde a uma representação gráfica da estrutura familiar ao longo de várias gerações, permitindo identificar não apenas os membros que a compõem, mas também a qualidade das relações estabelecidas entre eles (Setubal et al., 2019). O ecomapa e o mapa de rede, por sua vez, possibilitam a visualização das conexões sociais e dos vínculos de apoio da pessoa atendida, facilitando a compreensão de suas redes de pertencimento e suporte (Junior et al., 2022). A linha da vida consiste em uma representação gráfica dos acontecimentos marcantes da trajetória de uma pessoa, dispostos em ordem cronológica, sendo um recurso que favorece a reflexão sobre a própria história e os significados atribuídos a ela (Fonseca et al., 2019; Passarela et al., 2025). Já a arteterapia constitui uma ferramenta expressiva que, por meio de linguagens artísticas diversas, promove a elaboração simbólica de experiências e emoções, ampliando as possibilidades de intervenção no contexto psicossocial (Costa et al., 2023).

Por fim, importa salientar que, além da realização dos atendimentos em dupla, procedimento padrão da equipe, são desenvolvidos estudos de caso com a participação de uma professora especialista na área. Tais encontros possuem caráter formativo e supervisivo, possibilitando o aprofundamento de elementos importantes em cada situação acompanhada. Ademais, esse dispositivo contribui para a construção coletiva de hipóteses, para o aprimoramento das estratégias de intervenção e para a qualificação contínua do serviço, sobretudo no manejo de demandas complexas e sensíveis.

5.3 Fonte das Informações

A pesquisa utilizou dados secundários provenientes de registros institucionais de mulheres atendidas pelo CEPAV Alecrim, entre os anos de 2016 e 2025. Foram considerados

todos os registros disponíveis desde a criação do serviço, abrangendo, portanto, a totalidade das mulheres que foram atendidas ou que permaneciam em atendimento até o momento da coleta das informações. Inicialmente, foram identificados 14 registros institucionais. Após a realização da triagem e de uma análise preliminar, verificou-se que: um correspondia a uma mulher que não se enquadrava nos critérios de atendimento do programa e, por esse motivo, não chegou a ser acompanhada pelo serviço; um referia-se a uma mulher cujo caso foi redirecionado para outra instituição; e três encontravam-se inativos em razão da ausência de atendimento efetivo. Dessa forma, a amostra final foi composta por nove registros institucionais de mulheres que efetivamente foram atendidas, ou que permaneciam em acompanhamento, no período compreendido entre 2016 e junho de 2025.

5.4 Instrumentos

Como instrumento de coleta das informações, foram utilizados os registros institucionais das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim. Estes documentos abrangem uma ampla variedade de informações, incluindo dados sociodemográficos (como idade, escolaridade, renda, cor/raça), histórico de atendimentos, relatos de experiências de violência, tanto sofridas quanto praticadas, histórico familiar, contextos sociais e afetivos, bem como informações jurídicas, como boletins de ocorrência (BO), denúncias oferecidas pelo Ministério Público (MP), decisões judiciais e solicitações de medidas protetivas. A fim de sistematizar e organizar o material, elaborou-se uma planilha contendo todos os dados extraídos dos registros institucionais, estruturada em categorias analíticas que possibilitaram a posterior análise das informações de forma mais precisa e consistente.

5.5 Procedimentos

5.5.1 Coleta de Informações

A coleta das informações ocorreu no primeiro semestre de 2025, e incluiu o acesso aos registros institucionais de mulheres atendidas pelo CEPAV Alecrim. A pesquisadora consultou os registros institucionais de todas as mulheres que foram atendidas no serviço, desde seu início, em 2016. O procedimento de acesso às informações aconteceu da seguinte forma: a equipe de profissionais da unidade separou os registros institucionais referentes às mulheres que foram atendidas desde 2016. A pesquisadora e a equipe de profissionais organizaram horários para que o acesso presencial a estes registros pudesse ser realizado. A pesquisadora somente teve acesso ao registro institucional na presença de um profissional do serviço. A pesquisadora utilizou caderno e caneta para registrar as informações, não sendo permitido fotografar nenhum registro institucional, e foram tomados os devidos cuidados para registrar as informações, não identificando nomes ou informações que pudessem comprometer a identidade das mulheres.

5.5.2 Análise das Informações

A proposta metodológica desta pesquisa ancora-se na escuta e valorização das múltiplas vozes (González Rey, 2005) que compõem os documentos institucionais analisados. Entende-se tais documentos como produções intersubjetivas, em que se articulam: (1) a voz das mulheres autoras de ofensa sexual, expressa em seus relatos, histórias de vida e narrativas de sentido; (2) a voz dos profissionais da instituição de saúde (CEPAV Alecrim), com seus registros, encaminhamentos e práticas de cuidado; (3) a voz da Justiça, inscrita nos autos, nas decisões judiciais e nos discursos normativos; e (4) a voz da pesquisadora, que, ciente de sua posição implicada, atua como mediadora dessas narrativas, produzindo conhecimento a partir do entrecruzamento dessas perspectivas.

A valorização da subjetividade de todas as pessoas envolvidas no processo investigativo constitui uma das premissas centrais, amplamente discutida na proposta metodológica construtivo-interpretativa de González Rey (2005). Essa abordagem é coerente com a epistemologia qualitativa e com os pressupostos do pensamento complexo, adotados como orientação metodológica deste trabalho. Diferente de abordagens tradicionais de análise de conteúdo que buscam categorias a priori ou que se apoiam exclusivamente na frequência de palavras ou expressões, a perspectiva construtivo-interpretativa compreende os discursos como expressões simbólicas da subjetividade, entendida como um campo dinâmico, contraditório e historicamente constituído (González Rey, 2005). Assim, o trabalho analítico priorizou a emergência de sentidos produzidos na interface entre as vozes das mulheres, dos profissionais do CEPAV Alecrim, da Justiça e da própria pesquisadora.

O percurso analítico iniciou-se com uma leitura fluida e extensiva de todo o material documental. Em seguida, foram atribuídos significados ao conteúdo acessado, destacando-se sentidos comuns e identificando-se padrões de semelhança ou de diferenças. A proposta de análise de conteúdo de González Rey (2005) enfatiza tanto a produção de significados (indicadores) quanto a construção de sentidos comuns (zonas ou núcleos de sentido), que se articulam em conjuntos interpretativos. O indicador não é compreendido como um elemento isolado ou estático, mas como parte de um processo que se constrói em permanente interrelação com outros indicadores. É dessa interconexão que emerge a definição das zonas de sentido, categorias mais amplas que configuram a interpretação do objeto estudado.

Importa ressaltar que, para González Rey (2005), a subjetividade da pesquisadora é constitutiva do processo de construção do conhecimento, e não uma interferência a ser neutralizada. Nesse sentido, esta pesquisa reconhece a implicação da pesquisadora como parte indissociável da produção dos resultados. Por isso, ao final da discussão, apresenta-se uma reflexão sobre os impactos da pesquisa na subjetividade da própria pesquisadora.

5.6 Cuidados Éticos

A pesquisa seguiu os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Em consonância com essas diretrizes, todas as etapas do estudo foram estruturadas de forma a garantir a proteção, privacidade e dignidade das pessoas envolvidas nos registros analisados.

Para assegurar a condução ética da investigação, o projeto foi inicialmente submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade de Brasília (UnB), por meio da Plataforma Brasil. Após avaliação, o estudo foi aprovado sob o parecer nº 7.516.805, CAAE 84424924.0.0000.5540, em 22 de abril de 2025 (Apêndice A). Em seguida, considerando que os dados foram coletados em instituição vinculada ao sistema público de saúde do Distrito Federal, o projeto foi encaminhado também ao Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (CEP-FEPECS), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. A submissão, igualmente realizada via Plataforma Brasil, resultou na aprovação sob o parecer nº 7.771.931, em 17 de agosto de 2025 (Apêndice B).

6. Resultados

Os resultados foram organizados em duas zonas de sentido principais. A primeira refere-se à caracterização sociodemográfica das mulheres atendidas no serviço (Resultado 1), contemplando aspectos como perfil sociodemográfico, condições de vida e outros aspectos estruturais que compõem suas trajetórias. A segunda zona está voltada à narrativa das histórias de vida dessas mulheres, evidenciando tanto as experiências de violência sofridas

como as praticadas (Resultado 2). Esta organização foi escolhida por considerar que, diante da complexidade das informações, a compreensão dos resultados será, inicialmente, melhor explicitada com a visualização de cada resultado em particular. Para facilitar essa visualização, foram elaboradas tabelas nas quais os registros institucionais são apresentados sempre na mesma sequência, isto é, o registro institucional (RI) 1 corresponde ao mesmo caso em todas as tabelas, e assim sucessivamente. Antes, contudo, faz-se necessária a caracterização do fluxo de atendimento, a fim de contextualizar o percurso das mulheres antes da chegada ao serviço e durante sua permanência nele.

6.1 Fluxo dos atendimentos

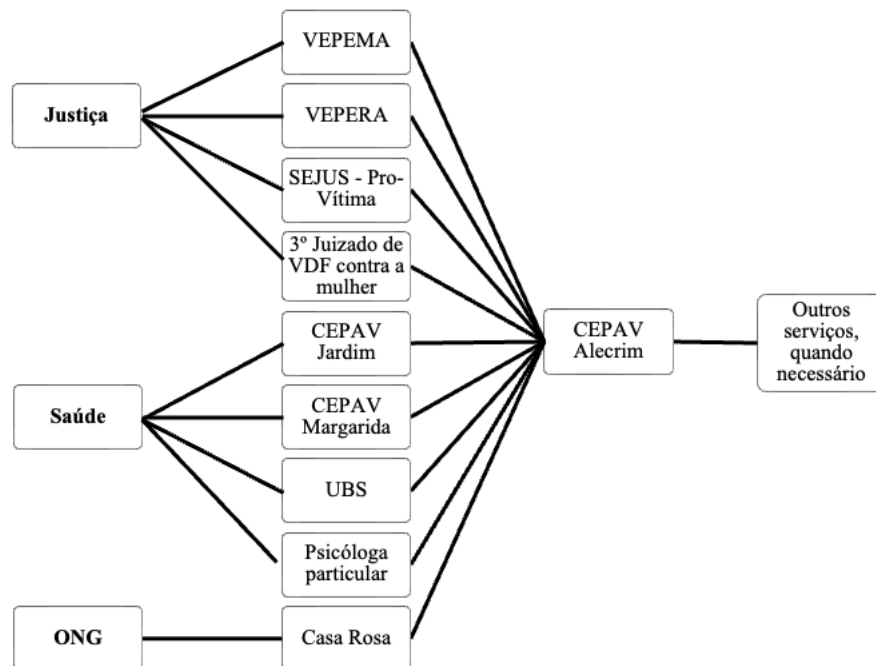
O fluxo de atendimento das mulheres acompanhadas pelo serviço revelou trajetórias heterogêneas quanto ao encaminhamento, ao tempo de permanência, à quantidade de atendimentos e à participação familiar. O ingresso no serviço ocorreu por meio de diferentes instituições, conforme ilustrado na Imagem 1. No sistema de Justiça, os encaminhamentos foram realizados pela Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), Vara de Execuções das Penas em Regime Aberto (VEPERA), Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS - Pro-Vítima) e pelo 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No sistema de saúde, os encaminhamentos partiram do CEPAV Jardim, CEPAV Margarida, de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e de uma psicóloga particular. Ademais, houve encaminhamento proveniente de uma Organização Não Governamental (ONG).

O ingresso das mulheres também ocorreu em diferentes períodos, entre 2016 e 2025. No momento da coleta de dados, duas delas permaneciam em acompanhamento. Uma iniciou o atendimento em 2016, teve seu atendimento finalizado em 2020, retornou em 2023 e continuava em acompanhamento até a data de encerramento da coleta, totalizando 22

atendimentos. A outra iniciou o acompanhamento em 2025 e, até o término da coleta, havia registrado seis atendimentos.

Figura 1

Fluxograma do percurso das mulheres até o ingresso no CEPAV Alecrim.



Nota. O **CEPAV Jardim** é responsável pelo atendimento psiquiátrico e recebe pessoas em situação de violência sexual, familiar e doméstica encaminhadas pelos demais CEPAV da Rede. Já o **CEPAV Margarida** atua no atendimento de vítimas (mulheres e homens) de violência doméstica, intrafamiliar e sexual.

Observou-se que duas usuárias permaneceram no serviço por períodos mais longos, caracterizados por elevada frequência de atendimentos (68 no total). Ambas ingressaram em 2017, sendo que uma concluiu o acompanhamento em 2021 e a outra em 2022. Em contraste, identificaram-se percursos de curta duração, como o de uma usuária cuja permanência restringiu-se ao ano de 2018, totalizando apenas quatro atendimentos e configurando situação de abandono dos atendimentos. Entre os casos de tempo intermediário, destacaram-se quatro usuárias: uma que ingressou em 2020 e concluiu em 2023, com 25 atendimentos; uma atendida entre 2017 e 2020, com 16 atendimentos; outra acompanhada de 2020 a 2022,

também com 16 atendimentos; e, por fim, uma atendida entre 2018 e 2019, contabilizando 22 atendimentos.

De modo geral, a quantidade de atendimentos variou entre 4 e 68, evidenciando diferentes níveis de adesão e de vínculo estabelecido com o serviço. Importa salientar que, embora o protocolo de atendimento previsse a realização de entrevistas familiares ou conjugais, apenas três mulheres tiveram registros desse tipo de atendimento, o que indica que, na maioria dos casos, o processo se desenvolveu prioritariamente em caráter individual.

6.2 Caracterização sociodemográfica

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim (Resultado 1)

R.I.	Idade	Raça	Escolaridade	Profissão	Renda	Orientação sexual	Situação conjugal	Moradia
1	27	Preta	E.F. cursando	Diarista	R\$ 2400,00	-	Casada/união estável	Periferia
2	31	Parda	E.M. completo	Babá	R\$ 5500,00	Heterossexual	Casada/união estável	Periferia
3	51	Preta	E.M. incompleto	Não trabalha	R\$ 654,00	Heterossexual	Casada/união estável	Periferia
4	51	Parda	E.F. incompleto	Serviços gerais (presídio masculino)	-	Heterossexual	Casada/união estável	Periferia
5	26	Branca	E.F. completo	Não trabalha	-	Lésbica	Solteira	Periferia
6	18	Branca	E.S. incompleto	Estagiária	R\$ 2100,00	Pansexual	Namora	Zona nobre
7	45	Parda	E.M. completo	Não trabalha	R\$500,00	Heterossexual	Separada	Periferia
8	41	Branca	E.M. completo	Diarista	R\$ 80,00 por dia	Bissexual	Solteira	Zona nobre
9	28	Branca	E.S.	Profissional da	R\$ 500,00	Bissexual	Separada	Periferia

completo área da saúde
(autônoma)

Nota. E.F. – Ensino Fundamental; E.M. – Ensino Médio; E.S. – Ensino Superior; R.I. – Registro Institucional

A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica das mulheres, a partir das informações coletadas nos registros institucionais. É importante destacar que todos os dados apresentados são provenientes das narrativas e das informações fornecidas pelas próprias mulheres durante o atendimento. Assim, características como raça/cor foram definidas por autodeclaração, conforme procedimento adotado pelo serviço.

6.3 Violências sofridas e praticadas

Tabela 2

Informações sobre as violências sofridas e a saúde mental e física (Resultado 2)

R.I.	Aspectos de saúde física e mental	Tipos de violências sofridas
1	Ideação suicida	Negligência, violência física, violência sexual, violência doméstica, relação conflituosa com a mãe
2	Já pensou, planejou e/ou executou tirar a própria vida. Transtorno bipolar	Mãe assassinada, violência física, violência sexual, presenciou violência na família e tentativa de suicídio de uma tia, ameaças
3	Não apresentou ideação suicida	Abandono, negligência, violência sexual, violência física, gravidez decorrente de estupro, tentativa de feminicídio
4	Sofrimento psíquico pelos pensamentos sexuais com crianças e mulheres. Ideação suicida. Episódios de alucinações visuais. Ideação suicida. Começou a fumar aos 12 anos	Trabalho infantil, violência física, violência sexual, violência psicológica, negligência

5	Já pensou, planejou e/ou executou tirar a própria vida. Instabilidade emocional. Diversos diagnósticos (bipolar, borderline, psicose). Começou a beber aos 17 anos, queria fugir da realidade	Bullying, violência física, violência sexual, gravidez decorrente de estupro, prostituição, viveu em situação de rua, relação conflituosa com a mãe
6	Já pensou, planejou e/ou executou tirar a própria vida	Violência sexual, violência psicológica, negligência, relação conflituosa com a mãe, presenciava a mãe sofrendo violência doméstica, há a suposição de que o pai assassinou a tia materna. O pai era traficante.
7	Apresenta humor deprimido, choro fácil, ansiedade, ideação e tentativa de suicídio	Violência por parceiro íntimo, cárcere privado, violência física, violência psicológica, violência sexual, presenciava a mãe sofrendo agressões.
8	Ideação e tentativa de suicídio. Fuma desde os 9 anos	Violência sexual, presenciava a mãe sofrendo agressões do pai, rede de apoio fragilizada, vulnerabilidade em relações afetivas
9	Depressão. Teve ideação suicida aos 16 anos. Só parou em 2023. Em 2023, tentou suicídio	Sofreu bullying. Relatou que já teve relacionamento violento, com violência física e psicológica

Tabela 3*Violências praticadas e processos de responsabilização (Resultado 2)*

R.I	Violência praticada	Vítima	Responsabilização
1	A filha disse na escola que a mãe havia lhe batido, pegando-a pelo pescoço e jogando-a no chão e que a mãe geralmente abusa sexualmente dela e da irmã, acordando-as à noite e manipulando suas genitálias, assim como pedia a elas que também a tocassem, ameaçando bater nelas se contassem para o pai	Filhas (8 e 6 anos)	Denúncia. Ficou 3 meses fora de casa, devido a medida protetiva. A psicóloga da VIJ solicitou o fim da medida protetiva, devido ao atendimento que estava sendo realizado no CEPAV
2	Relata que no seu horário de trabalho, o adolescente se masturbava perto dela, e uma vez ejaculou na perna dela. Disse que a forma que encontrou para parar com essa situação foi dizendo que estava filmando com o celular dela	Adolescente, masculino (16 anos)	Está em investigação
3	Ela havia saído de casa para trabalhar e deixou a filha com o ex-companheiro, e avisou a mãe. A mãe dela viu ele com o pênis introduzido na boca da criança. De acordo com o M.P., as atitudes dele eram de conhecimento da genitora que, além de se manter omissa, ameaçava e castigava os filhos toda vez que havia comentários acerca dos abusos sexuais. Ela bateu na menor com um fio e esquentou uma concha no fogo queimando-lhe a língua a fim de que ela não contasse os abusos sexuais sofridos. Chegou inclusive a jogar álcool no braço de uma das filhas e atear fogo	Filha (5 anos)	Pena de 8 anos para cada uma das vítimas e perda do pátrio poder. Regime fechado e semiaberto (SA). Cumpriu 1 ano e seis meses fechado e 1 ano no SA
4	Não cometeu, mas relatou desejo sexual por crianças e mulheres. Relatou que atualmente não sente mais desejo por criança nem mulher, mas tem sentido pelos dois filhos. Relata sentir	-	-

prazer físico com os pensamentos (arrepios e excitação)

5	Praticou abuso sexual contra a filha, que na época tinha 5 anos. Relatou que a filha estava dormindo quando praticou sexo oral, não entendendo que era uma violência	Filha (5 anos)	-
6	Não cometeu, mas relatou que começou a ter fantasias sexuais com ambos os sexos, inclusive com crianças e familiares, estando na posição tanto de "filha" como de "mãe". Faz uso de pornografia que referem a incesto entre alguém mais velho com alguém mais novo	-	-
7	A filha foi abusada por 8 anos pelo padrasto. Os abusos sempre ocorriam com ela em casa. Nega sentir-se excitada sexualmente com isso. Ele era policial militar e fez ameaça ou uso de armas durante a violência sexual. Quando a vítima tinha 5 anos, sua genitora dizia que o padrasto tinha que passar óleo na vagina dela. A primeira penetração ocorreu quando a vítima completou 7 anos. Quando tinha 12 anos, suspeitaram que ela estaria grávida	Filha (dos 7 aos 15 anos)	Responsabilização em andamento, não foi julgado.
8	Sobrinho contou para a empregada sobre a violência praticada pela tia. Ela relatou que com 21 anos de idade fez com uma criança pequena e relata não ter feito mais. Tem desejo por criança, mas sem trabalhar de babá, não faz mais. Relatou que teve ou tem excitação sexual por crianças e/ou adolescentes do sexo masculino	Sobrinho (14 anos)	Não foi responsabilizada

9	Ela e o companheiro filmaram a adolescente (irmã dela) durante o banho e em diversos outros momentos íntimos. Eles armazenavam e compartilhavam materiais relacionados à pedofilia e zoofilia. Contando com a participação dela (incentivando e filmando), o companheiro praticou atos de zoofilia e maus-tratos contra animal doméstico. Ela demonstra interesse em efetivamente incorrer, junto com ele, na prática de atos sexuais com bebês e crianças	Irmã	Pena de 4 anos, convertida em medida alternativa. Regime inicial aberto. Ficou presa de 3 de dezembro a 5 de dezembro na polícia federal e uma semana na Colmeia
---	--	------	--

Nota. M.P. - Ministério Público; R.I. – Registro Institucional

As informações apresentadas nas tabelas decorrem diretamente dos registros institucionais analisados, sem qualquer interpretação analítica por parte da pesquisadora. Os dados foram apenas organizados e sintetizados para viabilizar sua visualização em formato tabular, preservando a linguagem original dos documentos. Assim, o conteúdo reflete exclusivamente o que estava registrado pelos serviços e profissionais responsáveis pelo atendimento.

7. Discussão

A discussão foi organizada em duas partes. Na primeira, são analisados os dados referentes ao Resultado 1, relativo à caracterização sociodemográfica das participantes (Tabela 1). Na segunda parte, apresenta-se a discussão dos dados concernentes às violências sofridas e praticadas, bem como às questões relacionadas à saúde e à responsabilização judicial (Tabelas 2 e 3) das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim, reconhecendo-se o caráter sensível e delicado dessas informações. Essa etapa foi estruturada em zonas de sentido, construídas a partir da recorrência temática e da densidade simbólica dos relatos. São elas: Sofrimento psíquico e saúde fragilizada; Família: espaço de proteção ou de reprodução da violência?; Violências que atravessam o tempo: infância, adolescência e adultez; Mulheres

em cena: autoras ou coautoras?; e Responsabilização como processo ético-político e relacional. A partir delas, busca-se apreender as múltiplas dimensões das violências vividas e cometidas, bem como os modos pelos quais essas experiências se articulam às condições de gênero, raça e classe.

Ademais, destaca-se que o acesso a tais conteúdos foi possibilitado pela construção de vínculos de confiança entre a equipe de atendimento e as mulheres atendidas, o que permitiu a emergência de narrativas marcadas por experiências de dor, silenciamento e resistência (Setubal & Wolff, 2025). O nível de detalhamento alcançado decorre, sobretudo, da continuidade e da profundidade dos atendimentos realizados, que permitiram compreender, de forma mais abrangente, as trajetórias individuais e coletivas dessas mulheres em sua complexidade.

7.1 Caracterização sociodemográfica

As mulheres autoras de ofensa sexual constituem um grupo heterogêneo (Christensen, 2018), cuja compreensão demanda cautela diante das limitações de pesquisa e da escassez de estudos na área. Ainda assim, os resultados encontrados destacam que é possível identificar certas regularidades que revelam padrões de vulnerabilidade e exclusão. A caracterização psicossocial das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim evidencia um conjunto de condições de vida atravessadas pela interseção de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Como apresentado na Tabela 1, as participantes tinham idades entre 18 e 51 anos, com média de 35,33 anos, faixa etária próxima à encontrada por Augarde e Rydon-Grange (2022) e Tozdan et al. (2019), cujas amostras se concentravam entre os 20 e 30 anos. No estudo de Hull et al. (2024), por sua vez, a maioria dos casos envolveu meninas jovens, com idades entre 10 e 17 anos, resultado que difere do encontrado nesta pesquisa. Essa diferença se explica pelo fato de a amostra deste estudo ser composta por casos atendidos no CEPAV Alecrim, instituição que tem como um de seus critérios de atendimento a idade mínima de 18

anos. Tal dado evidencia que a ofensa sexual não é cometida apenas por adultos e reforça a importância de desenvolver novas pesquisas voltadas a populações mais jovens, a fim de ampliar a compreensão desse fenômeno.

No que tange à localização geográfica, sete das participantes residiam em zonas periféricas e duas em regiões consideradas nobres. Quanto à ocupação, duas trabalhavam como diaristas, uma como babá, uma em serviços gerais, uma na área da saúde, uma como estagiária e três encontravam-se desempregadas. Em relação à situação conjugal, quatro estavam casadas ou em união estável, uma namorava, duas eram solteiras e duas estavam separadas. A renda mensal variava entre menos de um salário-mínimo (quatro mulheres), entre um e três salários-mínimos (duas), mais de três salários-mínimos (uma) e, em dois casos, não havia registro dessa informação. Quanto à orientação sexual, quatro mulheres se identificaram como heterossexuais, uma como lésbica, duas como bissexuais, uma como pansexual e, em um registro institucional, essa informação não foi declarada. No que se refere à escolaridade, uma mulher estava cursando o ensino fundamental, uma possuía ensino fundamental incompleto, uma o ensino fundamental completo, uma o ensino médio incompleto, três o ensino médio completo, uma o ensino superior incompleto e uma o ensino superior completo.

A predominância de moradias em áreas periféricas, associada à baixa renda e à informalidade laboral, constitui um primeiro elemento analítico, pois aponta para a presença de desigualdades estruturais que marcam as trajetórias dessas mulheres. Resultados semelhantes foram observados no estudo de Curti et al. (2019) e Tozdan et al. (2019), em que o perfil das participantes também refletia condições socioeconômicas desfavoráveis. À luz da perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021), tais dados evidenciam a articulação entre gênero, raça e classe como dimensões estruturantes da exclusão social, limitando o acesso a recursos materiais, educacionais e simbólicos.

A partir da perspectiva sistêmica novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2012), esses elementos não devem ser compreendidos como variáveis isoladas, mas como expressões de um sistema relacional mais amplo no qual diferentes dimensões, como território, renda, raça e gênero se coimplicam na constituição da subjetividade e das experiências de vida. O território, nesse sentido, não se reduz a um espaço geográfico, mas configura-se como espaço simbólico que expressa pertencimento e, simultaneamente, marginalização. É nesse espaço que a fragilidade das políticas públicas e das redes de proteção se torna mais evidente, reforçando a vulnerabilidade social (Santos & Freitas, 2024). Assim, a vida nas periferias não representa apenas um contexto espacial, mas um componente estruturante das dinâmicas de violência e exclusão.

Importa ressaltar que o fato de a maioria das participantes residir em áreas periféricas não implica afirmar que a prática de ofensas sexuais seja exclusiva de mulheres dessas regiões. Essa predominância pode estar relacionada a fatores estruturais que condicionam a visibilidade e o acesso ao sistema público de saúde e de Justiça (Santos & Freitas, 2024). É provável que mulheres de classes média e alta, residentes em zonas nobres, recorram com menor frequência aos serviços públicos, o que pode gerar subnotificação e um viés de representatividade nos registros oficiais. Além disso, considerando que as participantes deste estudo foram encaminhadas ao sistema de saúde por determinação judicial, é possível que mulheres de maior poder aquisitivo disponham de recursos, como assistência jurídica privada, para lidar com as demandas judiciais e evitar a inserção em políticas públicas de acompanhamento psicossocial.

Dessa forma, os dados devem ser interpretados com cautela, de modo a evitar generalizações e a estigmatização de grupos sociais historicamente vulnerabilizados. Ainda assim, é igualmente relevante que as trajetórias de mulheres pertencentes às classes médias e altas sejam mais bem compreendidas, uma vez que a escassez de pesquisas sobre esse

segmento pode contribuir para a invisibilidade de suas experiências e para a reprodução de uma associação entre criminalidade e pobreza. Essa associação, quando naturalizada, reforça a lógica punitiva seletiva do sistema penal e contribui para a manutenção de estereótipos de gênero, classe e raça, segundo os quais determinadas populações seriam mais propensas à violência ou à delinquência (Minayo, 2006; Minayo et al., 2017).

Santos e Freitas (2024) argumentam que, em relação ao acesso à Justiça, é necessário considerar aspectos raciais, educacionais, o status social e o contexto sociocultural no qual a pessoa está inserida. Para além das desigualdades estruturais, barreiras internas, como o formalismo dos tribunais, a complexidade dos procedimentos e a linguagem jurídica pouco acessível, ampliam a distância simbólica entre o sistema de Justiça e a sociedade. Tais elementos contribuem para a desconfiança em relação às instituições e aos seus representantes.

A esses fatores, soma-se a barreira econômica, visto que mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica com frequência, não possuem recursos para custear um processo judicial (Santos e Freitas, 2024). Há, ainda, a barreira jurídica, relacionada à capacidade de reconhecer um direito, propor uma ação ou defender-se juridicamente, a qual está intrinsecamente relacionada a fatores como nível educacional, ambiente social e disponibilidade de recursos financeiros. E também há a existência de uma barreira institucional, vinculada ao despreparo do sistema judiciário para acolher as especificidades de determinados grupos, entre eles as mulheres autoras de ofensa sexual (Santos e Freitas, 2024).

Essas múltiplas barreiras evidenciam que o acesso à Justiça e aos serviços de saúde não é apenas uma questão de disponibilidade institucional, mas de acessibilidade real, que depende de condições materiais, simbólicas e culturais. Nesse sentido, é importante problematizar que o próprio processo judicial pode reproduzir desigualdades e violências,

sobretudo quando desconsidera as intersecções entre gênero, raça e classe que atravessam a experiência dessas mulheres.

A literatura evidencia que a compreensão sobre a magnitude do fenômeno das mulheres autoras de ofensa sexual é limitada por diferentes formas de subnotificação. Segundo Cortoni et al. (2016), as taxas de prevalência de mulheres autoras de ofensa sexual variam significativamente conforme a fonte dos dados. Quando oriundas de registros oficiais, essas taxas tendem a ser menores, entre 0,4% e 6,8%, enquanto as pesquisas de vitimização apontam percentuais mais elevados, variando de 3,1% a 24,4%. A diferença entre dados oficiais e relatos de vitimização também aponta para a complexidade social e subjetiva que envolve a denúncia de crimes sexuais, especialmente quando a autora é mulher, dada a força dos estereótipos de gênero e das representações sociais que associam a feminilidade à maternidade, ao cuidado e à não violência (Curti et al., 2019).

Em relação à adesão ao serviço, a análise dos registros institucionais evidenciou níveis distintos de participação. Enquanto algumas mulheres compareceram a apenas quatro atendimentos, outras participaram de até 68, indicando contrastes significativos nas condições de permanência. Essa variação pode refletir tanto aspectos subjetivos, como o modo como essas mulheres percebem o atendimento, se como uma imposição judicial ou como um espaço legítimo de escuta e reflexão, quanto fatores externos. Considerando que a maioria das participantes residia em regiões periféricas e distantes do local do serviço, é plausível supor que barreiras socioeconômicas, como dificuldades financeiras, ausência de transporte adequado ou impossibilidade de faltar ao trabalho, tenham influenciado diretamente a regularidade dos atendimentos.

Tais fatores evidenciam a necessidade de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades territoriais e às condições concretas de vida das mulheres em cumprimento de medidas judiciais, de modo a favorecer sua adesão e participação efetiva nos processos de

cuidado e responsabilização. Além disso, reforçam a importância de uma abordagem intersetorial que articule o campo da Justiça com a saúde, a assistência social e a educação, garantindo que as medidas aplicadas não se limitem à dimensão punitiva, mas também promovam processos de responsabilização crítica e reconstrução de projetos de vida (Boquadi et al., 2025; CFP, 2009; Passarela et al., 2025; Setubal & Wolff, 2025).

Em relação à cor/raça, cinco das nove mulheres analisadas se autodeclararam negras (pretas ou pardas), o que difere de resultados internacionais, nos quais predomina o perfil de mulheres brancas (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Curti et al., 2019; Locatelli et al., 2023). No contexto brasileiro, essa predominância de mulheres negras evidencia o impacto do racismo estrutural como eixo organizador das desigualdades sociais. Kilomba (2019) destaca que o racismo atua não apenas pela exclusão material, mas também por meio de processos simbólicos de inferiorização, afetando diretamente a construção da subjetividade e as possibilidades de reconhecimento social. Nessa perspectiva, as experiências dessas mulheres se inscrevem em um campo de forças onde gênero e raça se entrelaçam, reproduzindo posições de subalternidade e de desautorização social.

A baixa escolaridade e a inserção precária no mercado de trabalho, evidenciadas pela presença de diaristas, babás e trabalhadoras informais, reforçam a dimensão da vulnerabilidade econômica. Resultados semelhantes foram observados em outros estudos (Curti et al., 2019; Locatelli et al., 2023; Tozdan et al., 2019), nos quais as participantes também apresentavam baixa qualificação profissional, ocupando majoritariamente postos de trabalho informais e sub-remunerados. Sob a perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021), essa condição não é meramente um indicador socioeconômico, mas resultado de processos históricos de desigualdade que delimitam quem tem acesso ao conhecimento, ao emprego formal e à estabilidade financeira. Esses atravessamentos

produzem um ciclo que perpetua a precarização da vida, restringindo o acesso a direitos e à própria percepção de si como sujeito de cuidado e de responsabilização.

Do ponto de vista sistêmico, a precariedade material pode ser compreendida como um elemento da rede de relações que sustenta o fenômeno da ofensa sexual, não como causa linear, mas como parte de um campo relacional que inclui dimensões familiares, culturais e institucionais (Esteves de Vasconcellos, 2012). A vulnerabilidade econômica, combinada a vínculos afetivos marcados pela dependência e pelo controle, favorece a repetição de padrões de violência e silenciamento. Como destacam Costa et al. (2023) e Passarela et al. (2019), muitas dessas mulheres vivenciaram contextos de violência ao longo da vida, o que reforça a necessidade de compreender suas trajetórias sob uma lógica de circularidade entre violência sofrida e praticada.

Outro elemento de destaque diz respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero presentes entre as participantes, que incluíram mulheres heterossexuais, bissexuais, lésbicas e pansexuais. Durante o acompanhamento, uma das participantes se reconheceu como homem trans e passou a utilizar o nome social, definido pelo Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (2016), como “a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”. Após essa autodeclaração, o participante foi encaminhado ao ambulatório trans, mantendo, contudo, o acompanhamento psicossocial no serviço.

A permanência desse registro institucional na amostra se justifica pelo fato de que todos os critérios metodológicos foram estabelecidos com base nas informações disponíveis no momento do ingresso no serviço. Assim, ainda que tenha havido uma mudança na autodeclaração de gênero ao longo do processo, os dados coletados inicialmente, incluindo gênero declarado, histórico, contexto familiar e informações referentes ao processo judicial, permaneceram consistentes com os parâmetros definidos para inclusão no estudo. Além

disso, a mudança identitária não invalida o percurso institucional registrado, tampouco altera a condição de autoria da ofensa sexual praticada antes da transição.

A literatura também aponta para a presença de pessoas trans em pesquisas sobre autoria de violência sexual. No estudo de Christensen (2023), por exemplo, entre as 32 mulheres autoras de ofensa sexual analisadas, duas se autodeclararam mulheres trans, evidenciando que a diversidade de identidades de gênero também se expressa nessas populações e merece atenção analítica qualificada.

Esse caso ressalta a importância de uma escuta clínica e institucional sensível às questões de gênero e à fluidez das identidades, especialmente em contextos de responsabilização judicial e de atendimento em políticas públicas. Além disso, suscita reflexões sobre como as categorias jurídicas e institucionais, frequentemente binárias e cisheteronormativas, podem limitar a compreensão das trajetórias de pessoas trans e não binárias em situações de conflito com a lei (Tanure, 2023). Dessa forma, reconhecer e respeitar a identidade de gênero dos indivíduos atendidos não apenas assegura o cumprimento de direitos, mas também contribui para práticas de cuidado mais éticas, inclusivas e coerentes com a complexidade das experiências humanas.

Essa pluralidade rompe com a expectativa normativa de feminilidade e maternidade associada à heterossexualidade compulsória (hooks, 2021). A presença de mulheres que não se enquadram no modelo hegemônico de gênero e sexualidade desafia o imaginário social que associa o feminino exclusivamente ao cuidado e à proteção (Peter, 2006; Setubal et al., 2019; Setubal & Wolff, 2025). As trajetórias analisadas evidenciam, portanto, um tensionamento entre o lugar social atribuído às mulheres, o de cuidadoras e protetoras, e as experiências concretas que as colocam, paradoxalmente, também na posição de autoras de violência.

A partir da epistemologia novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2012), compreende-se que o fenômeno da ofensa sexual não pode ser reduzido a explicações lineares, nem analisado fora do contexto relacional e intersubjetivo em que se manifesta. As características psicossociais apresentadas não constituem causas da ofensa, mas expressões de sistemas mais amplos, como os familiares, institucionais e culturais, que se entrecruzam na produção de subjetividades. Nessa direção, González Rey (2005) propõe compreender a subjetividade como campo de sentidos produzidos na relação entre sujeito e contexto, o que implica reconhecer que as trajetórias dessas mulheres são resultantes de histórias singulares, mas também de estruturas sociais que as atravessam.

Assim, a caracterização psicossocial apresentada aqui constitui mais do que uma descrição objetiva. Trata-se de um espaço de emergência de sentidos que revelam as condições complexas nas quais se produzem as experiências dessas mulheres. Sob o olhar sistêmico e interseccional, cada dado empírico (idade, renda, cor, moradia, escolaridade, conjugalidade) adquire densidade simbólica e relacional, expressando as interdependências entre os sistemas social, familiar e institucional. A compreensão dessas mulheres como sujeitos atravessados por múltiplas determinações desafia perspectivas moralizantes e convida à construção de práticas de cuidado e responsabilização que considerem suas singularidades, complexidades e histórias.

A análise desses elementos psicossociais permite compreender as condições estruturais e subjetivas que perpassam as trajetórias das mulheres atendidas. A seguir, examinam-se as narrativas de vida registradas nos registros institucionais, nas quais se revelam as violências sofridas e praticadas, bem como as implicações relacionais desses percursos.

7.2 Violências sofridas e praticadas

7.2.1 Sofrimento psíquico e saúde fragilizada

O sofrimento psíquico emerge, nos registros analisados, como um marcador transversal das trajetórias das mulheres autoras de ofensa sexual atendidas no CEPAV Alecrim. Conforme descrito na Tabela 2, das nove mulheres, apenas uma não apresentou tentativa ou ideação suicida, o que indica a presença de sofrimento intenso e persistente, muitas vezes anterior à prática da ofensa. A alta incidência de ideação e tentativa de suicídio sugere que essas mulheres não apenas vivenciam vulnerabilidades sociais, mas também enfrentam um quadro de fragilidade subjetiva e desamparo psíquico, configurando uma dimensão da violência voltada contra si mesmas.

No estudo conduzido por Augarde e Rydon-Grange (2022), foi apresentada uma pesquisa que investigou uma amostra de 85 mulheres autoras de ofensa sexual, 64 relataram histórico de problemas de saúde mental, uso de substâncias, além de experiências prévias de violência e abuso sexual, físico ou psicológico. As participantes apresentaram, ainda, quadros psicopatológicos mais extensos e significativos, o que reforça a complexa interação entre sofrimento psíquico, vulnerabilidade e comportamento ofensivo.

Sob a perspectiva sistêmica novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2012), o sofrimento não deve ser compreendido como um fenômeno individual ou patológico isolado, mas como resultado de uma rede de relações e experiências que se entrelaçam ao longo do tempo. O sofrimento psíquico, nesse sentido, pode ser lido como expressão de vínculos adoecidos e de um sistema de vida caracterizado por rupturas, negligência e violência. González Rey (2005) destaca que o sofrimento subjetivo não apenas se manifesta nas relações, mas é produzido nelas. Trata-se da expressão de como o sujeito atribui sentido às experiências de opressão, abandono e violência que atravessam sua história.

A presença de diferentes diagnósticos psiquiátricos, como transtorno bipolar, transtorno de personalidade borderline, psicose, depressão e ansiedade reforça a pluralidade das manifestações clínicas, mas também convida à reflexão sobre os limites da medicalização. Conforme aponta Saffioti (2015), o sofrimento das mulheres, especialmente das pobres e racializadas, tende a ser patologizado, transformando dores sociais e estruturais em sintomas individuais. No caso das mulheres autoras de ofensa sexual, a patologização pode servir como estratégia simbólica de defesa tanto pessoal quanto social, uma forma de deslocar a responsabilidade para a “doença” e, assim, evitar o enfrentamento da complexidade das violências vividas e praticadas. Nessa direção, Brown e Kloess (2020) e Cortoni et al. (2016) destacam que explicações contemporâneas, ainda em desenvolvimento, indicam que as ofensoras sexuais, embora frequentemente apresentem vulnerabilidades sociais ou emocionais, cometem as ofensas por diferentes motivações, que podem incluir gratificação sexual, busca de intimidade, ciúme e vingança.

A análise interseccional (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004) permite compreender que essas mulheres ocupam posições de vulnerabilidade múltipla: de gênero, classe, raça e, em muitos casos, de saúde mental. A conjunção desses marcadores acentua a marginalização e dificulta o acesso a cuidados de saúde adequados. As trajetórias revelam que o sofrimento psíquico é, frequentemente, agravado pela precariedade de acesso a serviços públicos e pela fragmentação das políticas de saúde mental. A ausência de suporte e de continuidade no cuidado contribui para o agravamento dos quadros clínicos e para a cronificação do sofrimento.

A iniciação precoce ao uso de substâncias, como o tabaco aos 9 e 12 anos e o álcool aos 17, neste último caso como tentativa de “fugir da realidade”, também se configura como uma estratégia de enfrentamento de dores e traumas não elaborados. O uso de substâncias, quando situado no contexto relacional, pode ser compreendido como uma forma de anestesia

simbólica diante de experiências de violência, abandono e desesperança. Assim, o consumo não se reduz a um comportamento de risco isolado, mas se articula à tentativa de regular afetos intensos, reduzir a angústia e recuperar temporariamente a sensação de controle. Essa leitura é coerente com a perspectiva de complexidade e circularidade (Esteves de Vasconcellos, 2012), segundo a qual o uso de drogas e o sofrimento psíquico se retroalimentam em uma dinâmica relacional e sistêmica.

A análise das narrativas sugere que a experiência do sofrimento psíquico não é apenas individual, mas compartilhada coletivamente, configurando-se como um fenômeno de ordem transgeracional. Muitas dessas mulheres relataram histórias familiares marcadas por depressão, tentativas de suicídios e outras formas de adoecimento mental, o que indica a transmissão simbólica de padrões de dor, silenciamento e negação das emoções. Sob essa ótica, o sofrimento psíquico é também herança e legado de sistemas familiares que reproduzem a violência como forma de relação e sobrevivência.

Esses dados problematizam a ideia de que a ofensa sexual é resultado apenas de desvios morais ou patológicos. Ao contrário, apontam para a necessidade de compreender a violência como parte de uma trama de sentidos e relações adoecidas, onde o sofrimento atua como elo entre a violência sofrida e a praticada (Bickart et al., 2019; Costa et al., 2025). Essa leitura é coerente com o pensamento de Costa et al. (2023), que destacam a importância de compreender o comportamento ofensivo feminino não apenas sob a ótica da culpabilidade, mas como expressão de histórias complexas de dor e exclusão.

Entretanto, reconhecer o sofrimento não significa justificar a violência. A abordagem ético-política proposta por González Rey (2005) e Esteves de Vasconcellos (2012) exige considerar que o cuidado e a responsabilização caminham juntos. Assim, as intervenções psicossociais precisam acolher o sofrimento sem apagar a necessidade de responsabilização, compreendendo que ambas as dimensões, clínica e ética, são indissociáveis (Passarela et al.,

2025). No contexto do CEPAV Alecrim, tal perspectiva implica promover espaços de escuta e elaboração simbólica que possibilitem a reconstrução de narrativas e o fortalecimento do sentido de agência.

A prevalência de sofrimento psíquico e de saúde fragilizada entre essas mulheres evidencia a urgência de políticas públicas que integrem saúde mental, gênero e justiça. É preciso romper com a lógica fragmentada dos atendimentos e construir redes intersetoriais que garantam continuidade de cuidado e intervenções sensíveis às desigualdades estruturais. Isso inclui a formação de profissionais capazes de reconhecer o sofrimento psíquico como dimensão constitutiva da violência, e não apenas como sintoma a ser tratado.

Por fim, o sofrimento psíquico e a saúde fragilizada das mulheres autoras de ofensa sexual não podem ser reduzidos a diagnósticos clínicos ou desvios comportamentais. São expressões de vidas atravessadas por violências, desigualdades e silenciamentos, trajetórias nas quais o corpo e a mente se tornam espaços de inscrição da dor social. Compreender essa complexidade é condição essencial para construir práticas de cuidado e responsabilização que sejam, de fato, transformadoras e emancipatórias.

7.2.2 Família: espaço de proteção ou de reprodução da violência?

A análise dos registros institucionais revela que, para a maioria das mulheres autoras de ofensa sexual atendidas no CEPAV Alecrim, a família não se configurou como espaço de proteção, mas como principal cenário de violências vividas e reproduzidas. Das nove mulheres analisadas, apenas uma não apresentou histórico de violência familiar, o que evidencia a recorrência de dinâmicas abusivas e negligentes no contexto doméstico. Já no que diz respeito ao ato praticado, seis dessas mulheres cometeram ofensa sexual intrafamiliar, indicando que a violência, em muitos casos, circula dentro do próprio sistema familiar, atravessando gerações e sustentando padrões relacionais marcados por silenciamento, desigualdades e desproteção.

Esses achados dialogam com a literatura especializada, que aponta que a maior parte das violências sexuais contra crianças e adolescentes é perpetrada por pessoas próximas e investidas de confiança, como pais, mães, padrastos, madrastas, tios(as) e demais cuidadores, representando cerca de 85% dos casos (CFP, 2009; FBSP, 2022; Locatelli et al., 2023). Tal evidência reforça a compreensão da violência intrafamiliar como fenômeno complexo e relacional, em que vínculos afetivos, hierarquias de poder e expectativas de cuidado acabam por se entrelaçar à manutenção do abuso. Nesse sentido, os dados apontam para a circularidade da violência sofrida e praticada, e problematizam o ideal social da família como espaço intrinsecamente seguro, protetor e harmonioso.

Sob a ótica do pensamento sistêmico novo-paradigmático (Esteves de Vasconcellos, 2012), a família é compreendida como um sistema relacional em constante transformação, onde cada membro afeta e é afetado pelas interações que compõem o todo. Assim, a violência não pode ser vista como um ato isolado de um indivíduo desviante, mas como expressão de padrões relacionais e comunicacionais que se reproduzem ao longo das gerações (Juras & Costa, 2017; Minayo, 2006). Nesse contexto, a ofensa sexual cometida por mulheres no ambiente familiar aparece como síntese de uma rede de relações marcadas por abuso de poder, negligência e confusão de papéis, que frequentemente se perpetuam sob o silêncio e a cumplicidade do grupo familiar.

As narrativas das mulheres analisadas indicam que a infância foi, para quase todas, um período de intensa exposição a violências intrafamiliares, especialmente abuso sexual cometido por familiares ou pessoas próximas. Esse dado reforça o caráter transgeracional da violência, em que o que foi vivido como trauma, ao não ser simbolizado, tende a retornar como repetição no campo das relações futuras. González Rey (2005) observa que o trauma, quando não elaborado, é incorporado à subjetividade sob a forma de padrões de sentido, que podem se reatualizar em outros contextos, especialmente nos vínculos afetivos e familiares.

Assim, o ato de ofensa sexual pode, em alguns casos, representar uma tentativa inconsciente de reinscrever uma história de dor, deslocando a posição de vítima para a de autora.

As famílias descritas nos registros apresentam-se como sistemas desorganizados, marcados por vínculos frágeis, ausência de figuras protetoras e fronteiras confusas entre gerações. Em vários casos, a violência ocorria em um contexto de negligência afetiva, abandono e precariedade material, em que crianças e adolescentes assumiam funções de cuidado incompatíveis com sua idade. O papel parental invertido, ou seja, quando o filho cuida do pai, da mãe ou de irmãos, aparece como um arranjo recorrente, revelando a sobrecarga e a distorção dos papéis familiares (Juras & Costa, 2017). Essas experiências precoces de desamparo contribuem para a formação de subjetividades vulneráveis, nas quais o cuidado se confunde com o controle, e o afeto com a invasão.

Quando adultas, muitas dessas mulheres reproduziram padrões de violência no próprio núcleo familiar, seja por meio da ofensa sexual contra filhos, enteados ou sobrinhos, seja por se envolverem em relações conjugais abusivas (Beeby et al., 2020; Setubal & Wolff, 2025). Essa repetição não deve ser compreendida de maneira determinista, mas à luz da teoria sistêmica, como um padrão de interação aprendido e mantido em um sistema que não foi capaz de desenvolver alternativas simbólicas para lidar com o sofrimento. A violência, nesse sentido, torna-se a linguagem possível dentro de um contexto que não oferece outros modos de expressão ou resolução de conflitos.

A predominância de ofensas intrafamiliares (seis dos nove casos) revela também a complexidade da posição social e simbólica ocupada por essas mulheres. Como mães, cuidadoras ou figuras de referência afetiva, elas ocupavam o lugar de confiança das vítimas. O abuso cometido nesse contexto rompe profundamente a lógica da maternidade idealizada, confrontando o imaginário social que associa a mulher à pureza, ao cuidado e à proteção (Brown & Kloess, 2020; Christensen, 2018; Saffioti, 2015). Essa ruptura contribui para o

silenciamento institucional e para a dificuldade social de reconhecer a existência de mulheres ofensoras.

A ambiguidade das relações familiares é um ponto central. Para algumas mulheres, o ambiente doméstico foi simultaneamente lugar de violência e de pertencimento; um espaço em que o afeto coexistia com o abuso. Essa ambivalência torna-se um elemento importante na análise clínica e institucional, pois muitas das autoras não reconhecem suas ações como violentas, interpretando-as como expressões de cuidado, proximidade ou “carinho exagerado” (Setubal et al., 2019). Essa distorção dos limites entre afeto e violência está diretamente relacionada ao modo como aprenderam, na infância, a experienciar o amor dentro de relações abusivas (Juras & Costa, 2017). Assim, o aprendizado do amor como dor e o da intimidade como invasão configuram uma herança subjetiva que atravessa gerações e corpos.

A perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004) ajuda a iluminar o papel das desigualdades de gênero, classe e raça nesse processo. A maioria das mulheres analisadas é negra ou parda, vive em regiões periféricas e depende economicamente de parceiros ou familiares. Essa condição acentua a vulnerabilidade e reduz a capacidade de romper com dinâmicas violentas, tanto por dependência financeira quanto por isolamento social. A família, nesses casos, aparece como espaço de sobrevivência, onde o vínculo se mantém mesmo diante da dor, pois romper pode significar perder o único suporte disponível. A violência, portanto, é naturalizada como parte da vida, como o preço da convivência e da proteção mínima possível.

No campo ético-político, é fundamental reconhecer que essas mulheres não são apenas reprodutoras da violência, mas também produtos de contextos que perpetuam a desigualdade e o silenciamento. A família patriarcal e hierarquizada, sustentada pela desigualdade de gênero, tende a responsabilizar individualmente as mulheres, invisibilizando as condições estruturais que possibilitam a manutenção da violência (Saffioti, 2015). No

entanto, como aponta Costa et al. (2023), reconhecer as determinações históricas e relacionais não significa eximir de responsabilidade, mas ampliar o campo da responsabilização, integrando cuidado, reflexão e transformação.

Por fim, as evidências encontradas nos registros indicam que a família, longe de ser um espaço naturalmente protetor, pode funcionar como sistema de perpetuação da violência, tanto na forma de agressões diretas quanto por meio da omissão e do silêncio. É nesse espaço, também, que se desenham as possibilidades de ruptura: o atendimento psicossocial dessas mulheres precisa favorecer a reconstrução de vínculos familiares mais saudáveis e simbólicos, que permitam ressignificar o lugar da maternidade, do afeto e do poder. Intervir no ciclo de violência familiar implica reconhecer um paradoxo fundamental: a família é, ao mesmo tempo, o lugar do trauma e o potencial espaço de transformação. O desafio das práticas clínicas e institucionais consiste justamente em transitar por essa contradição, promovendo um cuidado que não negue a dor, mas que a converta em possibilidade de reconstrução e responsabilização crítica.

7.2.3 Violências que atravessam o tempo: infância, adolescência e adultez

As histórias das mulheres autoras de ofensa sexual analisadas no CEPAV Alecrim evidenciam a presença de um continuum de violências que atravessa suas trajetórias desde a infância até a vida adulta (Tabela 3). Trata-se de existências marcadas por múltiplas formas de violação, como violência física, sexual, psicológica, além de negligência, maus-tratos, trabalho infantil, bullying, que, longe de se apresentarem como episódios isolados, constituem uma trama relacional e histórica de reprodução da violência.

Augarde e Rydon-Grange (2022) e Bickart et al. (2019) destacam que uma proporção significativa de mulheres autoras de ofensa sexual apresenta histórico de abuso sexual na infância, com taxas de incidência que podem alcançar 80%. Esses abusos, em geral, ocorreram por períodos prolongados, com maior intensidade e gravidade, envolvendo, por

exemplo, múltiplos perpetradores, incesto e violência física, o que caracteriza essas mulheres como polivítimas (Boquadi et al., 2025; Espíndola et al., 2023; Moreira et al., 2025). Essa constatação permite compreender que, mais do que vítimas ocasionais, essas mulheres foram socializadas em contextos violentos, nos quais a agressão se torna linguagem, e o sofrimento, parte do cotidiano.

A partir da perspectiva sistêmica novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2012), a violência não pode ser entendida como evento pontual ou desvinculado do contexto relacional; ela se constitui como um padrão de interação aprendido e reproduzido ao longo do tempo. Nesse sentido, o que se observa nas histórias das participantes é a presença de ciclos de violência transgeracionais, nos quais o lugar de vítima e o de agressora não são fixos, mas se alternam de acordo com os papéis e as posições assumidas dentro do sistema familiar e social. Assim, as experiências de violência sofridas e praticadas não se configuram como opostos, mas como pólos de uma mesma dinâmica relacional e simbólica (Costa et al., 2025; Locatelli et al., 2023; Passarela et al., 2025; Setubal & Wolff, 2025).

Desde a infância, essas mulheres foram expostas a contextos de vulnerabilidade severa. As narrativas dos registros institucionais apontam episódios de abuso sexual, negligência, castigos físicos, abandono afetivo e material, além de experiências de trabalho infantil. Muitas relataram ter presenciado violência doméstica contra as mães, especialmente perpetrada por figuras paternas ou parceiros íntimos. Tal exposição precoce à violência compromete não apenas o desenvolvimento emocional e social, mas também a constituição da própria subjetividade, produzindo um modo de estar no mundo orientado pela desconfiança, pelo medo e pela submissão.

Esses resultados dialogam com estudos de Costa et al. (2023) e Passarela et al. (2019), que evidenciam que a maioria das mulheres autoras de ofensa sexual vivenciou abusos múltiplos na infância e adolescência, frequentemente cometidos por membros da própria

família. As violências ocorridas nesse período são particularmente devastadoras, pois atingem o espaço que, simbolicamente, deveria representar segurança e proteção. A família, que deveria funcionar como sistema de cuidado, aparece nos relatos como espaço de reprodução da violência e da desigualdade, confirmando o que Peter (2006) e Saffioti (2015) denominam de contradição da maternidade patriarcal: um modelo que coloca a mulher como “guardiã” do lar, mas frequentemente a submete a relações de poder e dominação.

Durante a adolescência, observa-se o agravamento das vulnerabilidades. Algumas mulheres foram vítimas de estupro, engravidaram em decorrência de violência sexual e foram submetidas à prostituição, à exploração sexual e à vivência nas ruas. Outras enfrentaram bullying escolar, isolamento social e rupturas familiares, que contribuíram para o fortalecimento de uma autoimagem negativa e para a cristalização de crenças de desvalor e impotência (Augarde & Rydon-Grange, 2022). Esse período da vida, que deveria representar a expansão de possibilidades e construção de identidade, foi para muitas delas um tempo de retraimento, vergonha e dor. Segundo Kilomba (2019), experiências repetidas de humilhação e desumanização produzem marcas subjetivas profundas, que tendem a ser incorporadas como verdades sobre si e o mundo.

Na vida adulta, as violências persistem, ainda que sob novas formas. A maioria das participantes manteve relacionamentos amorosos marcados por violência física, psicológica e sexual, configurando um padrão de repetição que reforça os vínculos de dominação e dependência emocional. Muitas relataram relacionamentos abusivos com parceiros controladores, ciumentos ou agressores, o que se associa a sentimentos de culpa, submissão e desvalorização. A violência por parceiro íntimo (VPI) e a violência sexual tendem a produzir efeitos progressivamente adversos para a saúde mental das vítimas, em comparação com aquelas que nunca vivenciaram VPI ou foram expostas a outros tipos de eventos traumáticos (Boquadi et al., 2025).

Estudos como o de Augarde e Rydon-Grange (2022) e Locatelli et al. (2023) apontam resultados semelhantes, evidenciando que a perpetuação de relacionamentos abusivos é recorrente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Essa dinâmica evidencia que, para essas mulheres, a violência não é exceção, mas estrutura de relação, um modo aprendido e naturalizado de amar e ser amada. Conforme destaca hooks (2021), o patriarcado ensina as mulheres a compreender o amor como sinônimo de sacrifício e dor, o que contribui para a manutenção de vínculos abusivos e para a dificuldade de rompimento com tais relações.

Ao analisar as histórias dessas mulheres sob o prisma da interseccionalidade (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004), percebe-se que o acúmulo de opressões, de gênero, raça e classe, intensifica a exposição a situações de violência. Ser mulher, negra ou periférica, muitas vezes sem acesso a recursos econômicos e educacionais, aumenta a vulnerabilidade às violências estruturais e interpessoais. De acordo com Boquadi et al. (2025) e Santos e Freitas (2024), mais de 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência no ambiente doméstico, seja física, psicológica, sexual ou patrimonial, sendo as mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica as mais afetadas (FBSP, 2022). Essa intersecção de desigualdades cria condições de silenciamento e naturalização da dor, nas quais o abuso é visto como parte do destino social e não como violação de direitos. A violência, assim, deixa de ser evento extraordinário e se transforma em condição de existência.

É fundamental destacar que as violências vividas na infância e adolescência não determinam, de modo linear, a prática da ofensa sexual na vida adulta. Contudo, elas constituem um terreno simbólico fértil para o reconhecimento distorcido das fronteiras entre cuidado e violência, o que pode dificultar a percepção ética dos próprios atos (Costa et al., 2025; Hull et al., 2024). Em muitos casos, observa-se uma confusão entre afeto, erotismo e poder, marcada pela reprodução de padrões relacionais aprendidos em contextos abusivos.

Assim, o comportamento ofensivo não é um ato isolado, mas expressão de uma subjetividade forjada em vínculos violentos e negligentes.

Do ponto de vista clínico e institucional, reconhecer esse continuum de violências impõe um desafio ético: como intervir junto a mulheres que foram, simultaneamente, vítimas e autoras de violência? A resposta, conforme propõem Costa et al. (2023) e Passarela et al. (2019), passa por construir espaços de escuta e responsabilização crítica, que permitam à mulher compreender as tramas de violência que a constituíram sem se reduzir a elas. Isso requer deslocar a narrativa da culpabilização moral para uma compreensão complexa e relacional da responsabilidade, em que o sujeito é chamado a se implicar nos próprios atos e, ao mesmo tempo, a reconhecer as forças históricas e afetivas que os antecedem.

A leitura das narrativas revela, portanto, que as violências que marcam as trajetórias dessas mulheres não se restringem ao passado; elas se atualizam de diferentes formas no presente, seja na saúde física e mental fragilizada, nos relacionamentos abusivos, ou mesmo na dificuldade de perceber-se como agente de transformação. O tempo, nesse contexto, não é linear: infância, adolescência e adultez se entrelaçam em uma circularidade de experiências traumáticas, que reforça o caráter histórico e intergeracional da violência.

Compreender essas trajetórias requer, portanto, um olhar que una complexidade, sensibilidade e compromisso ético-político. A violência que atravessa o tempo revela não apenas o sofrimento individual, mas também o fracasso coletivo das instituições família, escola e Estado, em garantir proteção, dignidade e cuidado. Assim, pensar a intervenção junto a essas mulheres é pensar também em reparação social e subjetiva, criando possibilidades de romper o ciclo e construir novas formas de relação que não estejam baseadas na dor, mas na responsabilidade e no reconhecimento mútuo.

7.2.4 Mulheres em cena: autoras ou coautoras?

Quando uma mulher comete uma ofensa sexual, o ato é frequentemente interpretado de forma equivocada como uma expressão distorcida de afeto ou cuidado (Kington, 2014; Ten Bensel et al., 2019). Outra tentativa comum para minimizar a responsabilidade feminina consiste em atribuir a culpa exclusivamente a um cúmplice masculino, sob a alegação de que ele teria forçado, coagido ou manipulado a mulher a cometer a ofensa (Budd & Bierie, 2020; Ten Bensel et al., 2019). Ou seja, a sociedade tende a negar, minimizar ou reinterpretar comportamentos que destoam das normas de gênero tradicionalmente associadas à feminilidade. Embora ainda haja uma tendência a negar ou minimizar a ofensa sexual perpetrada por mulher, estudos têm sido conduzidos para quantificar a ocorrência desse fenômeno, visto que as mulheres podem desempenhar um papel contribuinte, seja de forma ativa ou passiva, em uma proporção significativa de casos de ofensas sexuais contra menores (Christensen 2023; Grattagliano et al., 2012; Grayston & De Luca, 1999; Setubal & Wolff, 2025).

No conjunto dos nove casos analisados, observou-se essa diversidade de envolvimento. Três mulheres cometeram a ofensa sexual em conjunto com o parceiro; duas relataram ter desejos e fantasias sexuais envolvendo crianças, acompanhados de sensações corporais como arrepios e excitação; uma delas vitimou duas crianças; e, em alguns casos, houve emprego de violência física e psicológica, inclusive para impedir a revelação do abuso. Também foram identificados registros de uso de material pornográfico, bem como incentivo e filmagem de atos abusivos. Conforme apontam Beeby et al. (2020), Brown e Kloess (2020) e Cortoni et al. (2016), as condutas praticadas por ofensoras sexuais podem incluir exposição dos genitais, carícias, contato oral, penetração (vaginal ou anal) e utilização de objetos, atos que podem ser perpetrados tanto contra a vítima quanto por meio da indução da vítima a agir sobre a ofensora.

Esses dados desafiam a visão tradicional da mulher como mero sujeito passivo em contextos de violência sexual. Ao mesmo tempo, exigem uma leitura cuidadosa e não simplificadoras, que reconheça tanto a capacidade de agência quanto às múltiplas determinações que atravessam tais condutas. O pensamento sistêmico novo-paradigmático (Esteves de Vasconcellos, 2012) oferece um enquadramento teórico adequado para essa análise, ao propor que os fenômenos humanos sejam compreendidos a partir de suas redes relacionais e contextuais, e não de explicações causais lineares. Assim, o foco desloca-se da pergunta “por que essas mulheres cometeram o abuso?” para “como determinadas configurações relacionais, simbólicas e afetivas tornaram possível esse tipo de comportamento?”.

Uma questão a ser destacada refere-se à predominância de vítimas do sexo feminino ($n = 6$) nos casos analisados. Esse resultado encontra certa correspondência com o estudo de Curti et al. (2019), no qual, em nove casos (81,8%), a vítima era do sexo feminino e, em dois casos, do sexo masculino. No entanto, tal achado diverge de outros estudos internacionais. Por exemplo, Cortoni et al. (2016) identificaram maior prevalência de vítimas do sexo masculino (38,9% a 43,6%) em casos de abuso perpetrado por mulheres, em comparação com vítimas do sexo feminino (3,5% a 4,6%). De modo semelhante, Augarde e Rydon-Grange (2022) apontam que, embora a literatura não identifique um padrão consistente de preferência de gênero por parte das mulheres autoras de ofensa sexual, alguns estudos apontam maior incidência de vítimas do sexo masculino.

Contudo, é importante considerar que fatores contextuais podem influenciar essa distribuição, especialmente a presença de um coautor do sexo masculino. A literatura indica que, quando há participação de um parceiro homem, as vítimas tendem a ser, com maior frequência, do sexo feminino e, muitas vezes, pertencentes ao círculo familiar da ofensora (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Wijkman & da Silva, 2020). Essa dinâmica se alinha aos

achados da presente pesquisa, sugerindo que o gênero das vítimas pode estar diretamente relacionado às configurações relacionais e às dinâmicas de poder envolvidas nos casos, e não exclusivamente a uma suposta preferência individual por parte das mulheres perpetradoras.

Nos casos em que o abuso ocorreu em parceria com o companheiro, as relações revelam dinâmicas de poder assimétricas, marcadas por submissão, dependência emocional e econômica, mas também por cumplicidade, desejo de agradar e desejo de pertencimento (Augarde & Rydon-Grange, 2022; Brown & Kloess, 2020). Em algumas situações, a mulher não apenas consentia, mas participava ativamente do ato, seja encorajando o parceiro, seja registrando as cenas. Dados de Locatelli et al. (2023) reforçam essa complexidade ao apontar que 38,1% das mulheres envolvidas em ofensas sexuais atuaram em coautoria com um ou mais ofensores. Essa coautoria, no entanto, não pode ser reduzida a uma equivalência de responsabilidade, é preciso compreender as condições nas quais tais atos ocorreram. Muitas dessas mulheres relataram histórico de violências conjugais, chantagens e ameaças, e a manutenção desses vínculos abusivos frequentemente implicava em repetição de padrões aprendidos desde a infância, quando amor e violência se confundiam.

O fenômeno da coautoria feminina, portanto, articula-se a uma dimensão de vínculo traumático, no qual a mulher, ao mesmo tempo em que sofre violência, participa de sua perpetuação. Essa ambiguidade remete ao conceito de intersubjetividade (Esteves de Vasconcellos, 2012), segundo o qual o comportamento de cada sujeito é resultado das trocas simbólicas dentro de um sistema de relações. No interior de vínculos abusivos, o limite entre vítima e agressora torna-se difuso, e o ato violento pode emergir como forma distorcida de manter a relação ou de garantir reconhecimento dentro do sistema conjugal.

A questão do uso de pornografia surge como elemento relevante tanto na manutenção quanto na amplificação dessas fantasias. Algumas mulheres relatam consumo de pornografia, inclusive de conteúdos envolvendo menores ou cenas de submissão, o que indica a função da

pornografia como mediadora psíquica entre o desejo e a transgressão (Espíndola et al., 2023). Em um dos casos analisados, foi identificado o armazenamento e o compartilhamento de conteúdos zoofílicos, o que reforça a gravidade e a complexidade dessa dinâmica. O consumo desses materiais pode contribuir para a dessensibilização em relação ao sofrimento do outro e para a erotização da violência, sustentando mecanismos de repetição e banalização do abuso. Sob uma ótica interseccional (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2004) é importante destacar que a pornografia, em geral, reproduz estruturas de poder patriarcal, racista e misógina, naturalizando o corpo feminino como objeto de consumo e o ato violento como forma de prazer (Espíndola et al., 2023). Assim, quando as mulheres assumem o papel de consumidoras ou produtoras dessas cenas, há uma inversão de papéis que, embora pareça romper com o estereótipo da vítima, mantém a lógica de dominação internalizada.

O registro de uma mulher que armazenava, compartilhava, incentivava e filmava as ofensas cometidas pelo parceiro ilustra a complexidade da coautoria feminina. Nesse caso, o ato de filmar ultrapassa o papel de espectadora e transforma-se em ato performativo de poder e controle. Ao registrar o abuso, ela participa da cena e, de certa forma, legitima o ocorrido. No entanto, é necessário considerar que esse comportamento pode estar imerso em um contexto de submissão relacional, no qual a mulher busca reconhecimento ou pertencimento por meio da participação no ato do parceiro. Esse duplo movimento, de agência e sujeição, reflete o caráter paradoxal das relações de gênero e poder em contextos violentos.

Hull et al. (2024) apresenta um ponto relevante que, embora não tenha sido abordado neste estudo para não extrapolar os objetivos propostos, merece atenção e aprofundamento em pesquisas futuras: a utilização da internet como meio para a prática e o compartilhamento de conteúdos relacionados à ofensa sexual infantojuvenil. O panorama das ofensas sexuais modificou-se significativamente com o advento da internet e de tecnologias digitais

associadas. Como consequência, as oportunidades de envolvimento em diferentes modalidades de crime foram substancialmente ampliadas e facilitadas.

A globalização das redes e o avanço tecnológico proporcionaram aos ofensores a possibilidade de acessar, possuir, distribuir e produzir materiais de conteúdo sexual envolvendo crianças e adolescentes. Entretanto, ainda há escassez de estudos sobre a extensão e as especificidades dos crimes sexuais online perpetrados por mulheres. Evidências iniciais sugerem que elas podem desempenhar papéis ativos na posse, distribuição e produção desses conteúdos (Bickart et al., 2019; Christensen, 2023), o que reforça a necessidade de investigações empíricas e teóricas mais aprofundadas sobre essa temática.

O uso de violência física e psicológica para impedir a revelação dos abusos também foi identificado em alguns registros. Esse comportamento indica que, em determinados casos, as mulheres não apenas reproduzem a lógica da violência, mas passam a operar como mantenedoras do segredo familiar, o que lhes confere uma posição ativa na perpetuação do ciclo de silêncio e impunidade (Saffioti, 2015). O medo da exposição pública, da punição judicial e da perda dos vínculos afetivos parece sustentar a escolha pelo controle e pela intimidação das vítimas. Aqui, a violência emerge como recurso de autopreservação, paradoxalmente utilizado para manter o que resta de um sistema relacional disfuncional.

Diante desses achados, a pergunta “autoras ou coautoras?” não comporta uma resposta binária. As mulheres aqui analisadas transitam entre esses lugares, movendo-se em um continuum que vai da cumplicidade consciente à coação silenciosa, do desejo ativo à reprodução inconsciente da violência. O pensamento complexo de Esteves de Vasconcellos (2012) e a perspectiva interseccional de Akotirene (2019) ajudam a compreender que essas posições não se excluem, mas coexistem, revelando a multiplicidade e a instabilidade da experiência humana.

Reconhecer essas mulheres como indivíduos implicados, e não apenas vitimizados ou patologizados, é passo essencial para construir processos de responsabilização que sejam éticos e transformadores. A intervenção psicossocial precisa, portanto, criar espaços onde o reconhecimento da violência praticada não se confunda com a anulação da história de violência sofrida. O desafio está em possibilitar que essas mulheres se vejam como autoras de seus atos, mas também como autoras de novas possibilidades de existência, capazes de reconstruir o sentido do próprio desejo e da própria responsabilidade.

7.2.5 Responsabilização como processo ético-político e relacional

No que se refere à situação judicial dos casos, dados descritos na Tabela 3, observou-se a seguinte distribuição: um caso apresentava denúncia formalizada, sem sentença até o momento, mas com aplicação de medida protetiva em favor da vítima, posteriormente suspensa por recomendação técnica da psicóloga da Vara da Infância e Juventude (VIJ). Dois casos estavam em fase de investigação ou julgamento, ainda sem definição de responsabilização jurídica. Um caso foi explicitamente registrado como não responsabilizado. Um caso resultou em sentença condenatória com pena de 4 anos, convertida em medida alternativa, precedida por breve período de detenção preventiva (uma semana). Um caso envolveu condenação criminal com pena privativa de liberdade significativa: oito anos para cada vítima, com cumprimento da pena em regime fechado e semiaberto, além da perda do pátrio poder. Em três casos, não havia dados processuais registrados, o que pode indicar lacunas documentais ou ausência de informações jurídicas disponíveis nos registros institucionais.

Esses dados reforçam um ponto amplamente debatido na literatura: a dificuldade de reconhecer e responsabilizar mulheres enquanto autoras de violência sexual (Hull et al., 2024; Passarela et al., 2019; Peter, 2006). Tal dificuldade está enraizada em estereótipos de gênero que associam a mulher à fragilidade, ao cuidado e à incapacidade de causar dano, o que leva

à minimização das violências por elas cometidas. No plano institucional, isso se traduz em respostas judiciais mais brandas, descontinuidade nos processos e desarticulação entre os sistemas, resultando em impunidade e, conseqüentemente, na invisibilização das vítimas (Beeby et al., 2020; Chesney-Lind & Chagnon, 2016; Cortoni et al., 2016).

Os estudos de Christensen (2018), Morgan e Long (2018) e Tozdan et al. (2019) ressaltam a reação de profissionais de saúde e do sistema judiciário, ao se depararem com casos de abuso sexual perpetrado por mulheres. Esses profissionais frequentemente demonstram ambivalência, desdém, descrença, choque, minimização e desconforto diante dessas revelações, o que pode intensificar os efeitos negativos do abuso nas vítimas.

Uma pesquisa conduzida por Oliver & Holmes (2015) concluiu que os profissionais de proteção infantil tendem a perceber as ofensas sexuais perpetradas por mulheres como menos graves do que aquelas cometidas por homens. Essa visão enviesada pode resultar em uma classificação inadequada dos comportamentos ofensivos femininos, muitas vezes sendo tratados como não criminosos. Além disso, esses profissionais tendem a considerar a denúncia formal, o envolvimento dos serviços sociais e a prisão como medidas mais apropriadas quando o ofensor é do sexo masculino (Gölge et al., 2021; Tozdan et al., 2019). Nesse sentido, conforme ilustrado na Tabela 3, a solicitação da psicóloga da VIJ pelo encerramento da medida protetiva corrobora os achados da literatura, evidenciando a persistência de vieses de gênero no reconhecimento e tratamento das ofensas sexuais cometidas por mulheres.

A responsabilização jurídica, quando ocorre, costuma adotar uma lógica estritamente punitiva, baseada em paradigmas de culpa e castigo. Contudo, como mostram Costa et al. (2023) e Meneses et al. (2016), a punição isolada é insuficiente para romper o ciclo da violência. O encarceramento, por si só, não produz mudança subjetiva nem promove elaboração crítica sobre o ato cometido; ao contrário, tende a reforçar a exclusão social e a

estigmatização das mulheres. É nesse ponto que se torna fundamental compreender a responsabilização como um processo ético, político e relacional, que vai além do âmbito jurídico e envolve dimensões de cuidado, reflexão e reconstrução de sentido (Moreira et al., 2025).

A epistemologia novo-paradigmática (Esteves de Vasconcellos, 2012) convida a pensar a responsabilização de forma não linear, como fenômeno emergente das interações entre sujeito, contexto e instituições. Nesse horizonte, responsabilizar não significa punir, mas convocar à consciência das próprias ações e às suas consequências sobre o outro. Essa noção se articula à perspectiva de González Rey (2005), segundo a qual a produção de sentido é inseparável da subjetividade e das relações. Assim, o processo de responsabilização deve promover o diálogo entre as dimensões individual e coletiva, permitindo que a mulher reconheça o impacto de seus atos, sem ser reduzida a eles.

Nos registros analisados, observou-se que o processo de responsabilização judicial frequentemente se dissocia da responsabilização subjetiva, pois a maioria das mulheres ingressou no serviço por encaminhamento compulsório da Justiça, sem necessariamente reconhecer a gravidade da ofensa cometida. Essa obrigatoriedade gera resistência inicial e pode transformar o atendimento psicossocial em mera formalidade para o cumprimento de uma determinação judicial (Passarela et al., 2025). O desafio dos profissionais do CEPAV Alecrim, nesse contexto, consiste em transformar a medida judicial em espaço de elaboração simbólica, no qual o discurso do “cumprimento de pena” se converta em “processo de compreensão e mudança”.

No entanto, a realização desse trabalho enfrenta limitações institucionais, entre elas a falta de capacitação de profissionais tanto da saúde quanto do sistema de Justiça para lidar com mulheres autoras de ofensa sexual. A formação desses profissionais ainda está fortemente ancorada em modelos binários que opõem vítimas e agressores, homens e

mulheres, sem considerar a complexidade das dinâmicas intersubjetivas e os atravessamentos de gênero, raça e classe (Costa et al., 2025). A ausência de protocolos específicos e de formação continuada sobre o tema contribui para respostas improvisadas e desarticuladas, que ora reproduzem julgamentos morais, ora minimizam a gravidade dos atos (CFP, 2009; Hull et al., 2024).

A literatura aponta que a responsabilização efetiva requer um olhar intersetorial e interdisciplinar (Moreira et al., 2025; Setubal & Wolff, 2025; Werner, 2020). Isso implica integrar saúde, Justiça e assistência social em torno de uma lógica de corresponsabilidade, na qual cada setor reconheça o seu papel na construção de respostas mais humanizadas e eficazes (Boquadi et al., 2025). No entanto, os casos analisados demonstram que, na prática, prevalece a fragmentação, uma vez que os processos judiciais seguem um curso burocrático enquanto os atendimentos psicossociais tentam reparar danos.

O discurso recorrente entre os profissionais do CEPAV: “não basta punir, tem que tratar”, sintetiza essa compreensão. A punição sem tratamento perpetua a violência; o tratamento sem responsabilização esvazia o sentido ético da intervenção (Costa et al., 2025). O equilíbrio entre essas dimensões exige práticas baseadas na reflexividade, na escuta e no compromisso político com a transformação social. Isso significa criar condições para que a mulher se confronte com o ato cometido, reconheça o sofrimento causado e, ao mesmo tempo, seja acolhida como sujeito capaz de mudança.

A responsabilização ética e relacional, portanto, deve ser compreendida como processo contínuo, que articula a dimensão subjetiva da culpa à dimensão coletiva da reparação. Essa abordagem requer que os espaços institucionais funcionem não apenas como locais de controle, mas como dispositivos de produção de consciência e reconstrução de vínculos sociais. Na prática, isso implica oferecer atendimentos psicossociais que favoreçam

a elaboração simbólica do ato, a reconstrução da narrativa pessoal e a resignificação das relações familiares e afetivas.

Por fim, compreender a responsabilização sob uma ótica ético-política significa reconhecer que as trajetórias dessas mulheres não são desvios individuais, mas expressões de sistemas sociais que produzem exclusão, desigualdade e violência. O Estado, portanto, tem dupla responsabilidade, proteger as vítimas e tratar as autoras, investindo em políticas de formação, prevenção e cuidado. A efetiva responsabilização só se concretiza quando o sistema de Justiça e o sistema de saúde deixam de atuar como instâncias paralelas e passam a agir de forma integrada, sustentando o compromisso de que ninguém é irredutivelmente violento, mas todos são corresponsáveis por interromper o ciclo da violência.

8. Considerações Finais

A presente pesquisa dedicou-se a lançar luz sobre um fenômeno historicamente negligenciado no campo da saúde pública, da Psicologia e do sistema de Justiça: as histórias de vida e os processos de intervenção psicossocial de mulheres autoras de ofensa sexual. As análises desenvolvidas ao longo do trabalho demonstram que compreender a violência sexual perpetrada por mulheres exige deslocamentos epistemológicos, éticos e políticos que desafiam pressupostos socialmente consolidados. Exige, sobretudo, enfrentar a lógica que associa automaticamente o lugar de vítima ao feminino e o lugar de agressor ao masculino (Costa et al., 2025), invisibilizando outras configurações possíveis da violência, especialmente quando sua autoria envolve figuras tradicionalmente associadas ao cuidado, como mães, avós ou cuidadoras.

Os dados produzidos pela pesquisa, embora provenientes de uma amostra reduzida, revelam com intensidade a complexidade das experiências vividas por essas mulheres, marcadas por múltiplas formas de violência, precariedade material, sofrimento psíquico e

redes socioafetivas fragilizadas. Trajetórias de vida atravessadas por negligência, abuso sexual precoce, violência física, violência por parceiro íntimo, tentativas de suicídio, adoecimento mental e vínculos afetivos violentos aparecem de maneira recorrente nos registros institucionais. Esses elementos ajudam a compreender, ainda que não justifiquem, as condições subjetivas e relacionais nas quais a ofensa sexual se insere. Reconhecer que essas mulheres são simultaneamente produtoras e produto de sistemas de violência não reduz sua responsabilidade, mas amplia o entendimento sobre os fatores que tornam possível sua participação em dinâmicas abusivas (Costa et al., 2025; Passarela et al., 2019). A pesquisa, ao evidenciar tais complexidades, contribui para qualificar o debate público e profissional, para aprimorar práticas de intervenção psicossocial e para fomentar reflexões críticas sobre as respostas institucionais oferecidas a esse público.

Embora composta por apenas nove mulheres, a amostra desta pesquisa é valiosa por diversos motivos. Trata-se de um público de difícil acesso, dado o estigma social, a obrigatoriedade judicial e a resistência em participar de estudos acadêmicos (Costa et al., 2025; Grattagliano et al., 2012; Wolff et al., 2016). Além disso, os registros contemplam quase uma década de atendimento, o que permite captar nuances, mudanças e permanências ao longo do tempo. A densidade das narrativas, apesar das lacunas, permite afirmar que pequenas amostras, quando analisadas com rigor metodológico e sensibilidade teórica, podem produzir conhecimento significativo, sobretudo em áreas marcadas por invisibilidade social e escassez de dados.

Um dos pontos centrais que emergem da análise é a urgência de fortalecer a formação e capacitação de profissionais que atuam na identificação, no atendimento e no acompanhamento de casos de violência sexual cometida por mulheres. Como evidenciado pela literatura e pelos dados coletados, grande parte dos profissionais da rede de saúde, da assistência social, da educação e do próprio sistema de Justiça ainda age influenciada por

mitos profundamente arraigados, como a crença de que mulheres não cometem violência sexual, ou de que, quando o fazem, é porque estão “doentes”, “confusas” ou “mentalmente instáveis” (Passarela et al., 2019; Peter, 2006; Setubal et al., 2019). Essas concepções dificultam não apenas a identificação de novos casos, mas também o acolhimento qualificado daqueles já revelados. Por isso, investir em formação continuada, que contemple discussões de gênero, dinâmicas familiares, saúde mental, estratégias de manejo clínico e articulações intersetoriais, torna-se condição fundamental para que o Estado cumpra de modo adequado seu papel de proteção e responsabilização (Boquadi et al., 2025).

A necessidade de inserir a perspectiva de gênero nas discussões sobre violência sexual também se evidencia como elemento indispensável. A sociedade brasileira, assim como muitas outras, sustenta representações idealizadas da feminilidade, associando a mulher ao cuidado, à sensibilidade, à maternidade e à proteção (Brown & Kloess, 2020; Hull et al., 2024; Saffioti, 2015; Setubal & Wolff, 2025). Esses estereótipos, quando naturalizados, atuam como barreiras simbólicas para reconhecer o comportamento violento feminino, sobretudo quando essa violência ocorre no espaço doméstico e envolve filhos ou crianças próximas. Ao mesmo tempo, os dados da pesquisa mostram que as mulheres atendidas são atravessadas por violências estruturais que também são moldadas pelo gênero, como dependência emocional, desigualdade econômica, monoparentalidade e fragilidade das redes de apoio. Assim, analisar a violência sexual cometida por mulheres sem considerar o gênero seria incorrer em uma leitura superficial e descontextualizada do fenômeno.

A despeito das contribuições desta investigação, é importante reconhecer suas limitações. A primeira diz respeito à própria natureza da pesquisa documental, que se apoia em registros institucionais produzidos com finalidades assistenciais, e não acadêmicas. Esses documentos, muitas vezes, apresentam lacunas e inconsistências, com ausência de informações relevantes sobre a história familiar, trajetória escolar e laboral, vínculos afetivos,

saúde mental pregressa e antecedentes de violência sofrida. A incompletude desses dados pode ser atribuída a fatores diversos: adesão irregular ao tratamento, alta demanda institucional, dificuldades metodológicas na coleta de dados e, principalmente, a própria dinâmica subjetiva que envolve o atendimento de mulheres que cometeram ofensa sexual, muitas vezes marcadas por vergonha, negação ou resistência em narrar aspectos de sua trajetória. Ainda assim, as informações disponíveis foram suficientemente densas para permitir identificar padrões intersubjetivos importantes e produzir análises consistentes sobre o fenômeno estudado.

Além disso, observou-se a fragilidade dos dados judiciais disponíveis, pois, em alguns casos, informações essenciais, como denúncias oferecidas pelo Ministério Público, andamento processual, medidas protetivas aplicadas e decisões judiciais, estavam incompletas ou ausentes. Essa lacuna evidencia dificuldades de comunicação entre o sistema de Justiça e os serviços de saúde responsáveis pelo acompanhamento psicossocial dessas mulheres. Ao mesmo tempo, a inconsistência dos dados judiciais sugere que as ofensoras femininas podem, em alguns contextos, ser tratadas com maior leniência pelo sistema penal, possivelmente em razão de estereótipos de gênero que ainda influenciam práticas institucionais. Essas lacunas dificultam tanto a responsabilização adequada quanto o acompanhamento terapêutico, que depende de informações precisas sobre o contexto judicial do caso.

Diante da escassez de pesquisas sobre o tema, torna-se imprescindível recomendar novos estudos que ampliem a compreensão sobre as mulheres autoras de ofensa sexual. Investigações com amostras maiores, que incluam diferentes regiões do país e diferentes instituições, como saúde, Justiça, sistema prisional, escolas, centros de assistência social, são fundamentais para construir um panorama nacional mais robusto sobre o tema. Ademais, recomenda-se fortemente a realização de pesquisas interinstitucionais, capazes de integrar

dados de múltiplos sistemas e oferecer uma visão mais completa das trajetórias dessas mulheres e dos caminhos de responsabilização e cuidado disponíveis. Também seria relevante desenvolver estudos focados nos profissionais da rede, para compreender como crenças pessoais, formações disciplinares, estereótipos de gênero e práticas institucionais influenciam a identificação e o manejo dos casos.

Destaca-se, também, a necessidade de implementar e fortalecer políticas públicas voltadas à prevenção, responsabilização e cuidado de mulheres autoras de ofensa sexual. Atualmente, poucos serviços no Brasil oferecem intervenções específicas para esse público, o que limita as possibilidades de atendimento qualificado e favorece a continuidade de ciclos de violência. Para serem efetivas, essas políticas devem reconhecer que a responsabilizar não se restringe a punir. É necessário garantir acompanhamento psicossocial que considere traumas, vulnerabilidades e redes de apoio, elemento fundamental para prevenir reincidências, proteger potenciais vítimas e interromper o ciclo de violência (CFP, 2009). Nesse sentido, a integração entre saúde, Justiça, assistência social, educação e segurança pública é indispensável para a construção de respostas amplas e eficazes, capazes de enfrentar tanto as raízes quanto as consequências das violências analisadas (Boquadi et al., 2025).

O enfrentamento da violência sexual cometida por mulheres exige uma articulação entre cuidado e responsabilização, entre intervenção psicossocial e Justiça, entre olhar humano e análise crítica. É somente neste encontro que se torna possível romper ciclos transgeracionais de violência, proteger vítimas e transformar condições sociais que dificultam a interrupção desse fenômeno. O estudo abre caminhos, tensiona certezas e reafirma a necessidade de ouvir, compreender e intervir de modo qualificado em histórias que, embora difíceis, precisam ser vistas, nomeadas e enfrentadas com rigor ético, sensibilidade clínica e compromisso social.

Por fim, é importante destacar o efeito subjetivo que esta pesquisa produziu em mim. Trabalhar com esse tema, que é sensível, desconfortável e frequentemente evitado, exigiu de mim não apenas rigor metodológico, mas também abertura emocional, ética e política. A pesquisa me ensinou a olhar para o fenômeno da violência sexual de forma mais complexa, abrangendo fatores subjetivos, estruturais e relacionais. Também reafirmou a urgência de estudar e divulgar esse tema, mesmo (e especialmente) quando ele desafia expectativas sociais e provoca resistências, bem como a importância da responsabilização, mas também a urgência da intervenção psicossocial como caminho para interromper ciclos de violência que atravessam gerações. Analisar essas histórias, muitas vezes marcadas por sofrimento extremo, solidão e silêncio, fez emergir a consciência de que estudar esse tema é uma tarefa difícil, mas absolutamente necessária, não apenas para o campo científico, mas para a sociedade como um todo. Essa pesquisa me transformou como pesquisadora e como psicóloga, reafirmando a necessidade de estudar, discutir e divulgar temas que, apesar de difíceis, são fundamentais para a promoção de justiça, cuidado e dignidade.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Augarde, S., & Rydon-Grange, M. (2022). Female perpetrators of child sexual abuse: A review of the clinical and empirical literature—A 20-year update. *Aggression and Violent Behavior, 62*, 101687. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2021.101687>

- Beeby, A., Hobbs, L., Gross, J., Hayne, H., & Patterson, T. (2020). Gender disparities in sentencing outcomes for sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression, 27*(3), 1–19.
<https://doi.org/10.1080/13552600.2020.1784476>
- Bickart, W., McLearn A. M., Grady, M. D., & Stoler, K. (2019). A descriptive study of psychosocial characteristics and offense patterns in females with online child pornography offenses. *Psychiatry, Psychology and Law, 26*(2), 295–311.
<https://doi.org/10.1080/13218719.2018.1506714>
- Boquadi, A. C. S. F., Lueneberg, C. V. C., Luz, I. G. D., & Moura, M. G. (2025). Acompanhamento de mulheres em situação de violência. In L. F. Costa, M. M. Marra, C. V. C. Lueneberg, & S. I. S. Rodrigues (Orgs.), *Violência sexual: práticas de atendimento biopsicossocial a vítimas, agressores e famílias* (pp. 77-98). Ágora.
- Brown, K. M., & Kloess, J. A. (2020). The motivations of female child sexual offenders: A systematic review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 50*, Article 101361. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.101361>
- Budd, K. M., & Bierie, D. M. (2020). Injury matters: On female-perpetrated sex crimes. *Journal of Interpersonal Violence, 35*(19–20), 3735–3766.
<https://doi.org/10.1177/0886260517711178>
- Chesney-Lind, M., & Chagnon, N. (2016). Criminology, Gender, and Race: A Case Study of Privilege in the Academy. *Feminist Criminology, 11*(3), 311-333.
<https://doi.org/10.1177/1557085116633749>
- Christensen, L. S. (2018). Professionals' perceptions of female child sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(7–8), NP4115–NP4138.
<https://doi.org/10.1177/0886260518785377>

- Christensen, L. S. (2023). Exploring the uncomfortable topic of women who engage in child sexual abuse material offenses: How are they represented in the media? *Sexualities*, 22(1–2), 404–418. <https://doi.org/10.1177/13634607231201723>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: Referências para a atuação do psicólogo*. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.pdf
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Cortoni, F., Babchishin, K., & Rat, C. (2016). The proportion of sexual offenders who are female is higher than thought: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 44(2), 145-162. <https://doi.org/10.1177/0093854816658923>
- Costa, L. F., Marra, M. M., Lueneberg, C. V. C., & Rodrigues, S. I. D. (2025). A execução de políticas públicas de proteção contra a violência sexual. In L. F. Costa, M. M. Marra, C. V. C. Lueneberg, & S. I. S. Rodrigues (Orgs.), *Violência sexual: práticas de atendimento biopsicossocial a vítimas, agressores e famílias* (pp. 7-20). Ágora.
- Costa, L. F., Ströher, L. M. C., & Wolff, L. D. S. (2023). Atendimento psicossocial à mulher que comete ofensa sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e248137. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248137>
- Costa, L. P. D., Rocha, C. J. B. D., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Características biopsicossociais entre acusados de agressão sexual contra crianças/adolescentes em

- contextos intra e extrafamiliar. *Trends in Psychology*, 26, 283-295.
<https://doi.org/10.9788/TP2018.1-11Pt>
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Unifem*, 1(1), 7-16.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (3ª ed.). Sage.
- Curti, S. M., Lupariello, F., Coppo, E., Praznik, E. J., Racalbuto, S. S., & Di Vella, G. (2019). Child sexual abuse perpetrated by women: Case series and review of the literature. *Journal of Forensic Sciences*, 64(5), 1427-1437. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.14033>
- Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 (2016, 28 de abril). Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm
- Deslandes, S., Cavalcanti, L. F., Vieira, L. J. E. D. S., & Silva, R. M. D. (2015). Capacitação profissional para o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes em Fortaleza, Ceará, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(2), 431-435.
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00078514>
- Espíndola, B. A., Seidl, E. M. F., & Costa, L. F. (2023). Pornografia e a ofensa sexual cometida por adolescentes: uma revisão narrativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 32(76), 32-44. <https://doi.org/10.38034/nps.v32i76.717>

- Esteves de Vasconcellos, M. (2012). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. Papirus.
- Fonseca, M. D. C. F., Setubal, C. B., & Costa, L. F. (2019). Adulto autor de violência sexual: Estudo exploratório de avaliação de risco de reincidência. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 389-409.
<https://doi.org/10.36298/gerais2019120213>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Violência sexual infantil: Os dados estão aqui, para quem quiser ver*. Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>
- Gannon, T. A., & Rose, M. R. (2008). Female child sexual offenders: Towards integrating theory and practice. *Aggression and Violent Behavior*, 13(6), 442-461.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.07.002>
- Gölge, Z. B., Özgeldi, E. B., & Akdemir, S. (2021). Female perpetrators of sexual abuse. *Psikiyatride Guncel Yaklasimlar*, 13(3), 524-536. <https://doi.org/10.18863/pgy.822224>
- González Rey, L. F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação*. Pioneira Thomson Learning.
- Grattagliano, I., Owens, J. N., Morton, R. J., Campobasso, C. P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: Five Italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17(3), 180-187. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.01.001>
- Grayston, A. D., & De Luca, R. V. (1999). Female perpetrators of child sexual abuse: A review of the clinical and empirical literature. *Aggression and Violent Behavior*, 4(1), 93-106. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(98\)00014-7](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(98)00014-7)

- hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*. Elefante.
- Hull, I., Christensen, L. S., McKillop, N., & Rayment-McHugh, S. (2024). Females' Engagement in Offline and Online Sexual Offending and Their Interactions With the Criminal Justice System: A Gender and Age Comparison. *Journal of Interpersonal Violence*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/08862605241299445>
- Junior, H. S. S., Merhy, E. E., & Franco, T. B. (2022). Exercitando o mapa das redes de conexões existenciais: uma leitura micropolítica da ferramenta ecomapa. *Saúde em Redes*, 8(sup1), 321-337. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8nsup1p321-337>
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2017). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 32. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne215>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Kington, A. (2014). The sex offender no one suspects: The treatment of female teachers who sexually exploit male student reflects legal and cultural double standards. *MacLean's*, 12, 43-44. <http://www2.macleans.ca>
- Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. (2009). *Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - e outras disposições*. *Diário Oficial da União, seção I*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm
- Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. (2017). *Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)*. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm

- Locatelli, T. Z., da Silva Vieira, G. G., Lindner, S. R., Warmling, D., Bolsoni, C., & Coelho, E. B. S. (2023). Características de homens e mulheres autores de violência sexual: uma revisão de escopo. *Research, Society and Development*, 12(4), e10812440375-e10812440375. <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i4.40375>
- Lordello, S. R. M., & Costa, C. L. F. (2013). A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. *Revista Psicologia e Saúde*, 5(2).
<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/revistas/index.php/pssa/article/viewFile/39/57>
- Marshall, W. L. (2018). A brief history of psychological theory, research, and treatment with adult male sex offenders. *Current Psychiatry Reports*, 20(8), 1-8.
<https://doi.org/10.1007/s11920-018-0920-0>
- Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setubal, C. B., Wolff, L. S., & Costa, L. F. (2016). Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Contextos Clínicos*, 9(1), 98-108.
<http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.08>
- Miccio-Fonseca, L. C. (2000). Adult and adolescent female sex offenders: Experiences compared to other female and male sex offenders. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 11(3), 75-88. http://dx.doi.org/10.1300/J056v11n03_08
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Editora Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2020). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In K. Njaine, S. G. Assis, P. Constantino, & J. Q. Avanci (Orgs.), *Impactos da Violência na Saúde* (4ª ed., pp. 21-42). Editora Fiocruz.
- Minayo, M. C. S., Assis, S. G., & Souza, E. R. (2017). Os múltiplos tentáculos da violência que afeta a saúde. In M. C. S. Minayo, & S. G. Assis (Orgs.), *Novas e velhas faces da*

violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde (pp. 39-62).
Editora Fiocruz.

Moreira, D. L., Borges, J. S., & Montenegro, N. M. S. (2025). Atendimento psicossocial a crianças e suas famílias. In L. F. Costa, M. M. Marra, C. V. C. Lueneberg, & S. I. S. Rodrigues (Orgs.), *Violência sexual: práticas de atendimento biopsicossocial a vítimas, agressores e famílias* (pp. 21-36). Ágora.

Moreira, D. L., Borges, J. S., Mesquita, N., Montenegro, S., Sousa, R. C. G., & Costa, L. F. (2025). INTERVENÇÃO GRUPAL EM FAMÍLIA: Adolescentes com déficit cognitivo que cometeram ofensa sexual. *Psicologia e Saúde em debate*, 11(1), 248-263.
<https://doi.org/10.22289/2446-922X.V11A1A17>

Morgan, L., & Long, L. (2018). Female perpetrated sexual offences reported to a London sexual assault referral centre. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 54, 130-135.
<https://doi.org/10.1016/j.jflm.2018.02.001>

Oliver, B. E., & Holmes, L. (2015). Female juvenile sexual offenders: Understanding who they are and possible steps that may prevent some girls from offending. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(6), 698-715. <http://dx.doi.org/10.1080/10538712.2015.1058875>

Passarela, C. D. F. T., Setubal, C. B., Meneses, F. F. F., Wolff, L. S., Costa, L. F., Ströher, L. M. C., & Vieira, T. B. (2017). Intervenção psicossocial com adulto ofensor sexual: A experiência do Alecrim (PAV/SES/GDF). *Coletânea de Textos, Caderno Temático*, 3, 73-76.

Passarela, C. D. F. T., Ströher, L. M. C., & Costa, L. F. (2019). As violências sofridas por mulheres que ofenderam sexualmente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(64), 47-60.
<https://doi.org/10.38034/nps.v28i64.498>

- Passarela, C. F. T., Setubal, C. B., & Calzada, R. (2025). Homens agressores de crianças e adolescentes. In L. F. Costa, M. M. Marra, C. V. C. Lueneberg, & S. I. S. Rodrigues (Orgs.), *Violência sexual: práticas de atendimento biopsicossocial a vítimas, agressores e famílias* (pp. 119-138). Ágora.
- Patterson, T., Hobbs, L., McKillop, N., & Burton, K. (2019). Disparities in police proceedings and court sentencing for females versus males who commit sexual offences in New Zealand. *Journal of Sexual Aggression, 25*(2), 161-176.
<https://doi.org/10.1080/13552600.2019.1581281>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G, Costa, L. F., Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In L. F. Habigzang, L. C. A. Williams & P. I. C. Gomide (Eds), *A outra face da violência: o agressor em múltiplos contextos* (pp. 63-76). Juruá.
- Peter, T. (2006). Mad, bad, or victim? Making sense of mother–daughter sexual abuse. *Feminist Criminology, 1*(4), 283-302. <https://doi.org/10.1177/1557085106292779>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular.
- Salge, E. H. C. N., de Oliveira, G. S., & Silva, L. S. (2021). Saberes para a construção da pesquisa documental. *Revista Prisma, 2*(1), 123-139.
<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/47>
- Santos, D. D., & Costa, L. F. (2016). O adolescente em situação de ofensa sexual: proteção e responsabilização para evitar a reincidência. *Revista Psicologia Política, 16*(36), 139-151. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7436958>
- Santos, G. M., & Freitas, T. S. (2024). Interseccionalidade e acesso à justiça: mulheres negras e baixa renda em situação de violência doméstica. *Revista Direitos Fundamentais e*

Alteridade, 8(1-2), 1-14.

<https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/direitosfundamentaisealteridade/article/view/1423>

Secretaria Nacional de Políticas Penais. (2024). *Relatório de Informações Penais (RELIPEN) - 2º semestre de 2024*. <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf>

Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2025). Da repulsa ao acolhimento de agressoras sexuais. In L. F. Costa, M. M. Marra, C. V. C. Lueneberg, & S. I. S. Rodrigues (Orgs.), *Violência sexual: práticas de atendimento biopsicossocial a vítimas, agressores e famílias* (pp. 139-153). Ágora.

Setubal, C. B., Wolff, L. S., Ströher, L. M. C., Blanco-Vieira, T., & Costa, L. F. (2019). “Não pode ser abuso... eu sou a mãe”: Ofensa sexual maternal. *Revista de Psicologia UChile*, 28(1), 1-12. <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2019.53956>

Silva, A. C. G., Fernandez, L. M. M., Sousa, R. C. G., Pereira, V. M., Tavares, A. S., & Costa, L. F. (2021). Avaliação de reincidência de ofensa sexual cometida por adolescentes de 16-18 anos. *Desidades*, 31, 188-205.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8999063>

Siqueira, L. S., & Oliveira, M. A. S. L. (2025). The consequences of intrafamilial sexual violence in adolescents: a cognitive behavioral therapy perspective. *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 3(1), 1-28.
<https://doi.org/10.61164/rmnm.v1i3.3325>

- Sousa, R. C. G. de, & Costa, L. F. (2024). Participação de ofensores sexuais em intervenção psicossocial: Trajetória do medo à coragem. *Revista Subjetividades*, 24(3), 1–13.
<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i3.e14225>
- Tanure, A. D. C. C. (2023). Sistema binário e violência contra a população transgênero encarcerada. *Anatomia do Crime*, 10(1), 11–43.
- Ten Bensel, T., Gibbs, B., & Burkey, C. R. (2019). Female sex offenders: Is there a difference between solo and co-offenders?. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(19), 4061-4084.
<https://doi.org/10.1177/0886260516674202>
- Tozdan, S., Briken, P., & Dekker, A. (2019). Uncovering female child sexual offenders—needs and challenges for practice and research. *Journal of Clinical Medicine*, 8(3), 401.
<https://doi.org/10.3390/jcm8030401>
- Turchik, J. A., Hebenstreit, C. L., & Judson, S. S. (2016). An examination of the gender inclusiveness of current theories of sexual violence in adulthood: Recognizing male victims, female perpetrators, and same-sex violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 17(2), 133-148. <https://doi.org/10.1177/1524838014566721>
- Vianna, K. (1990). *A dança*. Siciliano.
- Werner, M. C. M. (2020). Nova Retórica: o Conceito de “Ofensa Sexual” Precisa Superar o Conceito de “Abuso Sexual. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 9(1).
<https://doi.org/10.60114/rbtf.v9i1.40>
- Wijkman, M. D., & da Silva, T. (2020). Multiple perpetrator rape committed by female offenders: a comparison of solo, duo, and 3+ group offenders. *Sexual Abuse*, 33(3), 321-338. <https://doi.org/10.1177/1079063219897065>

Wolff, L. S., Oliveira, E. S., Marra, M. M., & Costa, L. F. (2016). O recurso psicodramático na intervenção com o adulto autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 58-68. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/269>

Apêndices

Apêndice A - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres que cometeram ofensa sexual: gênese, intervenção psicossocial e responsabilização

Pesquisador: RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 84424924.0.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.516.805

Apresentação do Projeto:

A ofensa sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que ocorre em diferentes estratos socioeconômicos, e pode ser definida como qualquer ato de natureza sexual envolvendo menores de idade que não possuem plena compreensão da situação, resultando na incapacidade de dar consentimento (World Health Organization, 2017). Nos últimos anos, tem havido um aumento na pesquisa sobre a experiência das vítimas, embora a literatura brasileira ainda seja limitada quando se trata de adultos que cometem atos de natureza sexual (Meneses et al., 2016; Wolff et al., 2016). Autores como Marshall (2018) e Penso et al. (2016) concordam que não há um perfil para esses ofensores, já que eles podem pertencer a diversos grupos: adultos ou adolescentes, homens ou mulheres, independentemente do grau de

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

familiaridade que tenham com a vítima. Quando se trata das mulheres, sejam adultas ou adolescentes, que cometem ofensa sexual, o conhecimento é ainda mais escasso no Brasil (Passarela et al., 2019; Setubal et al., 2019). Frequentemente, a ofensa sexual perpetrada por mulheres não recebe a devida atenção, uma vez que tanto profissionais quanto a sociedade em geral enfrentam desafios para identificar essa forma de violência. Isso ocorre porque a tendência é minimizar o problema, sustentada pela visão estereotipada da mulher sendo sempre associada ao papel de cuidadora (Cortoni et al., 2017; Xavier & Zanello, 2016), ou por categorizá-la como tendo distúrbios psicológicos (Passarela et al., 2019; Setubal et al., 2019). Essa minimização da ofensa cometida por mulheres é visível, também, no sistema jurídico, onde frequentemente a abordagem é tolerante ou negligente em relação à identificação e responsabilização das mulheres que cometem ofensa sexual (Kington, 2014; Passarela et al., 2019). Kington (2014) ainda apresenta uma outra questão, a ofensa sexual cometida por professoras do gênero feminino, que se constitui em um fenômeno ainda menos estudado e conhecido. A persistência do estereótipo de que mulheres são exclusivamente cuidadoras está enraizado tanto na sociedade quanto nas próprias mulheres ofensoras (Xavier & Zanello, 2016). Isso é evidente quando essas mulheres não reconhecem seus atos como abusivos e justificam suas ações com base em seus papéis como mães (Setubal et al., 2019). Assim, essas mulheres permanecem sem serem notificadas ou denunciadas, sem serem

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

responsabilizadas e sem receber qualquer forma de assistência psicológica (Passarela et al., 2019). Vale ressaltar que a crença de que uma criança sob os cuidados de uma mulher está sempre protegida perpetua a falta de compreensão das dinâmicas sociais, ignorando a possibilidade de mulheres serem ofensoras (Passarela et al., 2019). Além disso, o mito da mulher como ser maternal e protetor (Xavier & Zanello, 2016) pode contribuir para a persistência da ofensa sexual cometida por mulheres e criar ambientes favoráveis a esses comportamentos. Muitas vezes, a ofensa sexual cometida por mulheres permanece oculta por períodos mais longos, o que pode resultar em danos adicionais às vítimas (Passarela et al., 2019). Morgan e Long (2018) apontam que o impacto sobre as vítimas é semelhante, em alguns aspectos, ao causado pelo abuso perpetrado por homens, incluindo baixa autoestima, raiva, problemas emocionais e comportamentais, automutilação e abuso de substâncias. No entanto, é notável a diferença na dificuldade das vítimas em denunciar devido ao silêncio que cerca esse tipo de abuso (Denov, 2004). Ademais, ressalta-se que devido ao papel de cuidadora frequentemente desempenhado por essas mulheres, as vítimas podem ter dificuldade em reconhecer o comportamento como abusivo, especialmente quando é acompanhado por expressões de afeto e carinho (Morgan & Long, 2018; Tozdan et al., 2019). É importante destacar que a ofensa sexual infantil é um crime subnotificado, independentemente do gênero do perpetrador (Tozdan et al., 2019). Algumas pesquisas sugerem que a prevalência da ofensa sexual perpetrada por

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.516.805

mulheres varia de 4% a 6%, em contraste com as ofensas sexuais em geral. No entanto, essa estimativa pode ser maior se forem considerados os relatos de adultos que foram vítimas de ofensa sexual por mulheres na infância (Cortoni et al., 2017). No Brasil, o Relatório de Informações Penais (RELIPEN) da Secretaria Nacional de Políticas Penais (2023) indica que, até 31 de dezembro de 2023, havia 43.671 pessoas em cumprimento de sentença por crimes contra a dignidade sexual, conforme a Lei nº 12.015, de 2009 (Brasil, 2009). Dentre essas pessoas, 847 (1,94%) são mulheres, sentenciadas por: estupro (94), atentado violento ao pudor (24), estupro de vulnerável (534), corrupção de menores (74), tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (2) e outros (119). Todavia, dado que a prática desse tipo de ofensa por mulheres é uma realidade pouco explorada e, em certa medida, negligenciada tanto no meio acadêmico quanto pela sociedade em geral, é provável que esses dados não capturem a extensão real desse fenômeno (Setubal et al., 2019). De acordo com a literatura, os principais fatores que contribuem para a gênese da ofensa sexual cometida por mulheres adultas são maus-tratos e violência verbal, física e sexual na infância e adolescência, isolamento social, rompimento de vínculos afetivos, violência familiar e uso de drogas/álcool (Christopher et al., 2007; Gannon & Rose, 2008; Tozdan et al., 2019). Costa et al. (2023) e Passarela et al. (2019) afirmam que essas mulheres frequentemente experimentaram severas violências durante a infância e pré-

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

adolescência. Esses abusos incluem dimensões físicas, emocionais e sexuais, geralmente infligidos por múltiplos ofensores, que muitas vezes são membros da família, e por um período prolongado, resultando em traumas duradouros (Passarela et al., 2019; Tozdan et al., 2019). Além disso, elas frequentemente apresentam históricos de sofrimento mais intensos quando comparadas aos homens que cometeram atos semelhantes, têm problemas de saúde mental, baixa autoestima e, na fase adulta, estabelecem relacionamentos amorosos marcados por violência (Oliver & Holmes, 2015; Setubal et al., 2019; Tozdan et al., 2019). No que diz respeito às intervenções psicossociais, é essencial o oferecimento tanto para ofensores sexuais masculinos quanto femininos, a fim de proteger as vítimas (Marshall, 2018; Meneses et al., 2016). No entanto, Costa et al. (2023) destacam que é um equívoco aplicar o mesmo método de intervenção a homens e mulheres. No atendimento a mulheres que cometeram ofensas sexuais, é importante oferecer um ambiente acolhedor e livre de julgamentos, além de considerar as diversas formas de vitimização que elas podem ter sofrido e a maior agressividade presente nesses atos violentos (Passarela et al., 2019). Sendo assim, é imperativo que os profissionais possuam qualificações específicas para identificar casos de ofensa sexual perpetrados por mulheres, visto que há diversos mitos e preconceitos que dificultam a identificação dessas situações (Marshall, 2018; Setubal et al., 2019). No contexto jurídico, observa-se uma abordagem mais leniente na avaliação e responsabilização das mulheres que cometem crimes

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

sexuais, resultando, por vezes, em penas mais leves em comparação aos homens que cometem os mesmos delitos (Kington, 2014; Patterson et al., 2019). Estudos anteriores sugerem que a polícia e os profissionais do judiciário podem tratar as ofensoras sexuais de maneira diferente em relação aos ofensores masculinos, exibindo um viés favorável às mulheres. Um fator que parece contribuir para essa disparidade são os estereótipos de gênero tradicionais (Denov, 2004; Patterson et al., 2019). Patterson et al. (2019) destacam a importância de respostas adequadas da justiça para crimes sexuais cometidos por mulheres e homens por diversas razões. Primeiramente, as disparidades nas sentenças que favorecem as ofensoras sexuais podem reforçar a percepção de que a ofensa sexual cometida por mulheres é menos prejudicial e perigosa, levando à ideia de que elas são menos culpadas, o que pode impactar as vítimas (Denov, 2004). Isso também pode desencorajar outras vítimas a denunciar, por medo de não serem acreditadas. Além disso, não tratar os ofensores sexuais, independentemente do gênero, afeta diretamente a segurança da comunidade e aumenta o risco de novas vítimas potenciais. Portanto, a realização deste estudo se justifica pela necessidade de abordar uma área ainda pouco explorada e frequentemente negligenciada tanto no âmbito acadêmico quanto social. A ofensa sexual cometida por mulheres representa uma realidade complexa que desafia estereótipos culturais profundamente enraizados, como o papel da mulher exclusivamente como cuidadora. Além disso, essas mulheres frequentemente têm históricos de intensa vitimização, o que ressalta a necessidade

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.516.805

de

intervenções específicas que considerem seus traumas e realidades particulares. Ao investigar a gênese, as intervenções psicossociais e a responsabilização dessas mulheres, este estudo pretende preencher lacunas significativas no conhecimento atual, contribuindo para o desenvolvimento de programas de intervenção e responsabilizações mais eficazes, e uma abordagem mais justa e informada sobre a ofensa sexual perpetrada por mulheres.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Esse método de pesquisa visa compreender fenômenos sociais complexos e tem como objetivo investigar áreas com pouco conhecimento, detalhando e caracterizando os aspectos observados de maneira profunda e abrangente (Creswell, 2013). É importante destacar que as mulheres que cometem ofensas sexuais são um grupo de difícil acesso devido à relutância em participar de estudos nos quais precisam se identificar como ofensoras sexuais (Grattagliano et al., 2012; Wolff et al., 2016). Assim, para coletar dados de maneira abrangente e aprofundada, optou-se pela pesquisa multimétodo, utilizando análise de prontuários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa multimétodo é uma estratégia que combina diferentes abordagens e técnicas de coleta de dados, permitindo uma análise mais rica e completa do fenômeno em estudo. Esta abordagem é especialmente útil para estudos com grupos de difícil acesso, pois amplia as possibilidades de coleta de dados e oferece uma visão mais completa e detalhada do fenômeno

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

investigado (Granados, 2016). A pesquisa será realizada no CEPAV Alecrim, unidade que atende exclusivamente os adultos (homens e mulheres) que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes da mesma família ou conhecidas, encaminhados pelo sistema de justiça. Os participantes da pesquisa serão divididos em três grupos principais. O primeiro grupo será composto por mulheres que cometeram ofensas sexuais e que foram atendidas ou estão em atendimento no CEPAV Alecrim. O segundo grupo será composto por profissionais do CEPAV Alecrim, incluindo psicólogos, médicos psiquiatras e ginecologistas, bem como assistentes sociais, que já atenderam ou estão atualmente atendendo mulheres que cometeram ofensas sexuais. O terceiro grupo será formado por profissionais da Vara da Infância e do Ministério Público, que lidam diretamente com processos envolvendo essas mulheres. A amostra do grupo dos profissionais será não probabilística e definida por conveniência, ou seja, serão selecionados os profissionais que estarão disponíveis e que tiveram contato direto com as mulheres ou com questões judiciais relacionadas a elas. Serão utilizados dois instrumentos principais: a análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental envolverá a investigação detalhada dos prontuários das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim que cometeram ofensas sexuais. Além da análise documental, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais dos sistemas de saúde e justiça. Essas entrevistas terão como objetivo capturar as percepções e experiências dos profissionais em relação às

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.516.805

intervenções e responsabilizações direcionadas a mulheres que cometeram ofensas sexuais. Também pretende-se, sempre que possível, entrevistar as mulheres atendidas no serviço, a fim de compreender suas histórias de vida e a gênese da violência praticada. Após coletar as informações dos prontuários e transcrever integralmente as entrevistas, será realizada a análise temática do conteúdo obtido. Esta análise será realizada utilizando a metodologia de Braun e Clarke (2006). Esse método permite identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados, oferecendo uma compreensão rica e detalhada das experiências e percepções dos participantes. Para isso, são sugeridas seis etapas para a análise dos dados (Braun & Clarke, 2006), que serão seguidas neste trabalho: (1) familiarização com os dados, (2) geração de códigos iniciais, (3) busca por temas, (4) revisão dos temas, (5) definição e nomeação e (6) produção do relato.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral consiste em investigar o processo de cometimento da ofensa sexual por mulheres adultas contra crianças e adolescentes, abrangendo desde sua história de vida até a intervenção psicossocial e a responsabilização judicial.

Objetivo Secundário:

1. Investigar as características do desenvolvimento infanto-juvenil de mulheres adultas que cometeram ofensa sexual (gênese). 2. Analisar as estratégias e os recursos terapêuticos utilizados na intervenção psicossocial para mulheres adultas que cometeram ofensa sexual contra crianças e

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.516.805

adolescentes no contexto de uma instituição de saúde pública que oferece este atendimento (intervenção psicossocial). 3. Conhecer e analisar criticamente as medidas de responsabilização aplicadas às mulheres que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes atendidas em uma instituição de saúde pública (responsabilização).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores

Riscos:

A participação nesta pesquisa pode acarretar riscos mínimos, como o desconforto ao responder a determinadas questões sensíveis. Para minimizar esses riscos, serão adotadas as seguintes estratégias: os participantes terão a possibilidade de realizar pausas durante as entrevistas, se necessário, e poderão interromper a entrevista a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa. Adicionalmente, ao término da entrevista, todos os participantes serão consultados sobre seu bem-estar. Caso algum participante demonstre qualquer tipo de desconforto ou mobilização emocional, a pesquisadora providenciará o encaminhamento adequado para atendimento com profissionais especializados do CEPAV Alecrim. Por fim, será garantido um ambiente acolhedor e confidencial, para que os participantes se sintam à vontade e respeitados em todas as fases do processo.

Benefícios:

Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para o avanço do conhecimento científico em torno de um fenômeno socialmente relevante e ainda pouco explorado. A participação poderá gerar impactos positivos, tanto no campo

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 7.516.805

acadêmico quanto prático, ao identificar possíveis demandas por formação técnica especializada, intervenções psicossociais adequadas e mecanismos mais eficazes de responsabilização. Além disso, os resultados poderão subsidiar políticas públicas e programas voltados ao enfrentamento mais eficaz das questões relacionadas à ofensa sexual, especialmente quando cometida por mulheres, ampliando o entendimento e as possibilidades de intervenção e responsabilização sobre o fenômeno.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de Resposta de Parecer Pendente de N7.366.778

Quanto ao documento "TCLE.pdf",

1. Considerando os direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS nº 510 de 2016, Art. 9º, de terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais e de decidirem, dentre as informações que fornecem aquelas que podem ser tratadas de forma pública, solicitase inserir opções excludentes (por exemplo: sim, autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz; não, não autorizo a gravação E/OU divulgação da minha imagem e/ou voz; autorizo a gravação mas não a divulgação de minha imagem e/ou voz), para que as/os participantes possam exercer tais direitos.

[Análise] Pendência Atendida

2. De forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas,

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

recomendando-se ainda que essa seja inserida de forma a indicar, também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 2, 2 de 2. Orienta-se a adequação.

[Análise] Pendência Atendida

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2424211.pdf	16/02/2025 18:56:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	16/02/2025 18:55:08	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Liana_Fortunato_Costa.pdf	31/10/2024 17:43:28	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Ranieli_Carvalho_Gomes_de_Sousa.pdf	31/10/2024 17:42:01	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Lana_dos_Santos_Wolff.pdf	31/10/2024 17:41:34	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Guaia_Monteiro_Siqueira.pdf	31/10/2024 17:41:11	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/10/2024 17:30:38	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	CARTA_DE_REVISAO_ETICA.pdf	31/10/2024 17:28:17	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	31/10/2024 17:24:40	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_concordancia.pdf	31/10/2024 17:13:01	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	31/10/2024 17:09:26	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.516.805

Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	31/10/2024 17:02:16	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinado.pdf	31/10/2024 16:33:08	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 22 de Abril de 2025

Assinado por:
André Ribeiro da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

Apêndice B - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Mulheres que cometeram ofensa sexual: gênese, intervenção psicossocial e responsabilização

Pesquisador: RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 84424924.0.3001.5553

Instituição Proponente: Hospital Regional da Asa Norte - HRAN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.771.931

Apresentação do Projeto:

Trata-se de 3ª versão de projeto de pesquisa para atendimento de pesquisa.

1. Finalidade do Projeto: Trata-se de Trabalho de Mestrado Acadêmico
2. Instituição Proponente: Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura
3. Trata-se de um Estudo Multicêntrico?
() Sim (X) Não
4. Se Multicêntrico, qual a origem?
() Nacional () Internacional
5. Se Internacional, qual o país de origem da Pesquisa?
6. A pesquisa é patrocinada ou de financiamento próprio?
() Patrocinada (X) Financiamento Próprio
1. Finalidade do Projeto: Trata-se de Trabalho de Mestrado Acadêmico
2. Instituição Proponente: Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura
3. Trata-se de um Estudo Multicêntrico?
() Sim (X) Não
4. Se Multicêntrico, qual a origem?

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

() Nacional () Internacional

5. Se Internacional, qual o país de origem da Pesquisa?

6. A pesquisa é patrocinada ou de financiamento próprio?

() Patrocinada (X) Financiamento Próprio

atendimento desse público específico; e (3) a leniência da responsabilização judicial.

14. Critério de Inclusão: ζ Para os prontuários: mulheres atendidas no CEPAV Alecrim desde 2016, identificadas como autoras de ofensa sexual contra crianças e/ou adolescentes.

ζ Para as entrevistas com mulheres: mesmas condições dos prontuários, acrescidas da disponibilidade para participar da pesquisa e da autorização legal e ética pertinente.

16

ζ Para os profissionais: atuação direta, seja no atendimento clínico (no caso dos profissionais da saúde), seja em processos judiciais (no caso dos profissionais da justiça), com as mulheres identificadas.

15. Critério de Exclusão: Prontuários de mulheres que tenham cometido ofensa sexual exclusivamente contra pessoas adultas.

ζ Mulheres que não estejam em condições clínicas, psicológicas ou legais de participar da entrevista, conforme avaliação da equipe responsável.

ζ Profissionais que não tenham atuado diretamente com as mulheres investigadas ou com seus respectivos processos judiciais.

ζ Qualquer participante (profissional ou usuária) que manifeste recusa em participar da pesquisa ou que apresente condições que inviabilizem uma participação ética e segura, como vulnerabilidade psíquica acentuada no momento da entrevista.

16. Breve consideração sobre a metodologia.

a) Metodologia Proposta: Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Esse método de pesquisa visa compreender fenômenos sociais complexos e tem como objetivo investigar áreas com pouco conhecimento, detalhando e caracterizando os aspectos observados de maneira profunda e abrangente (Creswell, 2013). É importante destacar que as mulheres que cometem ofensas sexuais são um

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907

UF: DF **Município:** BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

grupo de difícil acesso devido à relutância em participar de estudos nos quais precisam se identificar como ofensoras sexuais (Grattagliano et al., 2012; Wolff et al., 2016). Assim, para coletar dados de maneira abrangente e aprofundada, optou-se pela pesquisa multimétodo, utilizando análise de prontuários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa multimétodo é uma estratégia que combina diferentes abordagens e técnicas de coleta de dados, permitindo uma análise mais rica e completa do fenômeno em estudo. Esta abordagem é especialmente útil para estudos com grupos de difícil acesso, pois amplia as possibilidades de coleta de dados e oferece uma visão mais completa e detalhada do fenômeno investigado (Granados, 2016). A pesquisa será realizada no CEPAV Alecrim, unidade que atende exclusivamente os adultos (homens e mulheres) que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes da mesma família ou conhecidas, encaminhados pelo sistema de justiça. Os participantes da pesquisa serão divididos em três grupos principais. O primeiro grupo será composto por mulheres que cometeram ofensas sexuais e que foram atendidas ou estão em atendimento no CEPAV Alecrim. O segundo grupo será composto por profissionais do CEPAV Alecrim, incluindo psicólogos, médicos psiquiatras e ginecologistas, bem como assistentes sociais, que já atenderam ou estão atualmente atendendo mulheres que cometeram ofensas sexuais. O terceiro grupo será formado por profissionais da Vara da Infância e do Ministério Público, que lidam diretamente com processos envolvendo essas mulheres. A amostra

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

do grupo dos profissionais será não probabilística e definida por conveniência, ou seja, serão selecionados os profissionais que estarão disponíveis e que tiveram contato direto com as mulheres ou com questões judiciais relacionadas a elas. Serão utilizados dois instrumentos principais: a análise documental e entrevistas semiestruturadas. A análise documental envolverá a investigação detalhada dos prontuários das mulheres atendidas no CEPAV Alecrim que cometeram ofensas sexuais. Além da análise documental, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais dos sistemas de saúde e justiça. Essas entrevistas terão como objetivo capturar as percepções e experiências dos profissionais em relação às intervenções e responsabilizações direcionadas a mulheres que cometeram ofensas sexuais. Também pretende-se, sempre que possível, entrevistar as mulheres atendidas no serviço, a fim de compreender suas histórias de vida e a gênese da violência praticada. Após coletar as informações dos prontuários e transcrever integralmente as entrevistas, será realizada a análise temática do conteúdo obtido. Esta análise será realizada utilizando a metodologia de Braun e Clarke (2006). Esse método permite identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados, oferecendo uma compreensão rica e detalhada das experiências e percepções dos participantes. Para isso, são sugeridas seis etapas para a análise dos dados (Braun & Clarke, 2006), que serão seguidas neste trabalho: (1) familiarização com os dados, (2) geração de códigos iniciais, (3) busca por temas, (4) revisão dos temas, (5) definição e nomeação e (6) produção do relato.

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

b) Metodologia de Análise de Dados: Após coletar as informações dos prontuários e transcrever integralmente as entrevistas, será realizada a análise temática do conteúdo obtido. Esta análise será realizada utilizando a metodologia de Braun e Clarke (2006), amplamente reconhecida por sua flexibilidade e profundidade. Esse método permite identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados, oferecendo uma compreensão rica e detalhada das experiências e percepções dos participantes. Para isso, são sugeridas seis etapas para a análise dos dados (Braun & Clarke, 2006), que serão seguidas neste trabalho: (1) familiarização com os dados, (2) geração de códigos iniciais, (3) busca por temas, (4) revisão dos temas, (5) definição e nomeação e (6) produção do relato. Este processo metodológico rigoroso assegura uma análise minuciosa e uma interpretação rica dos dados, contribuindo para a validação e confiabilidade dos achados desta pesquisa. Além disso, a utilização da abordagem de Braun e Clarke permite uma flexibilidade analítica, essencial para capturar a complexidade e a profundidade das informações obtidas.

Objetivo da Pesquisa:

I) Objetivo Primário: O objetivo geral consiste em investigar o processo de cometimento da ofensa sexual por mulheres adultas contra crianças e adolescentes, I) Objetivo Primário: O objetivo geral consiste em investigar o processo de cometimento da ofensa sexual por mulheres adultas contra crianças e adolescentes, abrangendo desde sua história de vida até a intervenção psicossocial e a responsabilização judicial.

II) Objetivo Secundário: 1. Investigar as características do desenvolvimento infanto-juvenil de mulheres adultas que cometeram ofensa sexual (gênese). 2. Analisar as estratégias e os recursos terapêuticos utilizados na intervenção psicossocial para mulheres

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

adultas que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes no contexto de uma instituição de saúde pública que oferece este atendimento (intervenção psicossocial). 3. Conhecer e analisar criticamente as medidas de responsabilização aplicadas às mulheres que cometeram ofensa sexual contra crianças e adolescentes atendidas em uma instituição de saúde pública (responsabilização).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

l) Riscos: A participação nesta pesquisa pode acarretar riscos mínimos, principalmente relacionados à abordagem de questões sensíveis e à duração das entrevistas, estimadas em aproximadamente 1h30. Ainda que os riscos sejam considerados baixos, é importante destacar possíveis reações emocionais e físicas decorrentes da participação.

Para as mulheres participantes:

As entrevistas podem despertar lembranças de experiências traumáticas relacionadas a situações de violência, o que pode gerar desconforto emocional, sofrimento psíquico e possível reativação de sentimentos dolorosos. Além disso, a duração estimada da entrevista (cerca de 1h30) pode acarretar exaustão física ou emocional. Há, ainda, o risco de quebra de confidencialidade, dada a sensibilidade das informações compartilhadas.

Para os profissionais participantes:

Os principais riscos estão relacionados à exaustão decorrente do tempo de entrevista e ao possível desconforto ao tratar de aspectos institucionais delicados. Também existe o risco de identificação, especialmente em contextos institucionais com equipes reduzidas, o que pode comprometer a confidencialidade.

Medidas para mitigação dos riscos:

¿ Todos os participantes poderão interromper a entrevista a qualquer momento, sem necessidade de justificativa, e terão o direito de solicitar pausas sempre que desejarem.¿ Ao final de cada entrevista, será realizado um breve acolhimento, no qual a pesquisadora avaliará, com o participante, seu estado emocional. Caso seja identificado qualquer sinal de sofrimento psíquico, será feito o encaminhamento imediato para atendimento com a equipe técnica do CEPAV Alecrim.

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907

UF: DF **Município:** BRASÍLIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

Para minimizar a exaustão, será oferecido um ambiente tranquilo, com possibilidade de pausas, e o tempo da entrevista poderá ser flexibilizado conforme as necessidades do participante.

¿ Quanto à confidencialidade, todas as entrevistas serão transcritas sem o uso de nomes ou quaisquer elementos que permitam a identificação dos participantes. Os dados coletados serão armazenados em local seguro, com acesso restrito apenas à pesquisadora responsável e à orientadora da pesquisa.

¿ A apresentação de resultados se dará de forma agrupada e impessoal, garantindo que nenhuma informação individual possa ser reconhecida ou atribuída a qualquer participante específico.

II) Benefícios: Espera-se que esta pesquisa contribua significativamente para o avanço do conhecimento científico sobre um fenômeno socialmente relevante e ainda pouco explorado ¿ a ofensa sexual cometida por mulheres. Além dos benefícios institucionais e coletivos, como o aprimoramento das políticas públicas e dos protocolos de atendimento psicossocial, a pesquisa poderá proporcionar benefícios individuais, ainda que indiretos, aos participantes.

Para as mulheres atendidas pelo CEPAV Alecrim:

A participação na pesquisa poderá representar uma oportunidade de expressão e reflexão sobre suas experiências em um espaço de escuta qualificada e acolhedora, contribuindo para processos subjetivos de elaboração, reconhecimento e ressignificação de suas vivências. Além disso, ao compartilharem suas percepções, essas mulheres poderão colaborar para a melhoria dos atendimentos oferecidos pelo serviço, fortalecendo sua adesão a intervenções psicossociais mais sensíveis e eficazes.

Para os profissionais do CEPAV Alecrim:

A escuta qualificada durante a entrevista poderá favorecer momentos de reflexão sobre sua prática, desafios institucionais e sentimentos mobilizados no atendimento a mulheres autoras de ofensa sexual. Essa experiência pode contribuir para o aprimoramento das estratégias de cuidado e para o fortalecimento do vínculo entre prática profissional e produção acadêmica. A aproximação entre os profissionais e a pesquisa também pode estimular uma visão mais crítica e propositiva sobre os limites e potencialidades do serviço. Dessa forma, a pesquisa busca não apenas ampliar a compreensão teórica e técnica sobre o tema, mas também promover efeitos subjetivos positivos nos participantes, valorizando suas vivências como parte essencial da construção do conhecimento.

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

ITEM 1. Apresentação da Hipótese:

Adequada

Necessita de adequação

Não se aplica ao estudo proposto

ITEM 2. Metodologia Proposta (Tipo de Metodologia, Forma de Recrutamento, Obtenção do Consentimento e Etapas da Pesquisa):

Adequada

Necessita de Adequação

ITEM 3. Metodologia para Análise de Dados:

Apresentada

Não apresentada

ITEM 4. Objetivos da Pesquisa:

Adequados

Necessitam de adequações

ITEM 5. Apresentação dos Riscos e Forma de Mitigação dos mesmos:

Adequados

Necessitam de adequações

ITEM 6. Apresentação dos Benefícios:

Adequados

Necessitam de adequações

ITEM 7. Ponderação entre os riscos e benefícios da pesquisa:

Os benefícios esperados com a pesquisa superam os riscos apresentados

Há riscos significativos nesta pesquisa que são superiores aos benefícios esperados

ITEM 8. Relevância social:

A relevância social da pesquisa foi devidamente apresentada

Não ficou estabelecida, de forma clara, a relevância social desta pesquisa

ITEM 9. Critérios para inclusão de participante(s) na pesquisa:

Adequados

Necessitam de Adequações

Não apresentados

ITEM 10. Critérios para exclusão de participante(s) na pesquisa:

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

Adequados

Necessitam de adequações

Não apresentados

ITEM 11. Proteção de participantes de pesquisa em situação de vulnerabilidade:

A pesquisa envolverá pessoa(s) com capacidade reduzida para dar seu consentimento E/OU que estão em situações que a(s) impede(m) de opor resistência à tomada do consentimento.

A pesquisa não envolverá pessoa(s) em situação de vulnerabilidade

Não se aplica, uma vez que não será tomado o consentimento livre e esclarecido.

ITEM 12. Orçamento para realização da pesquisa:

Adequado

Necessita de adequação

ITEM 13. Cronograma de Execução da pesquisa:

Adequado, com início da coleta de dados prevista para 01/08/25 e término da pesquisa previsto para 31/09/25

Necessita de adequação

ITEM 14. Instrumento para coleta de dados:

Adequado

Necessita de adequação

Não se aplica

ITEM 15. Estrutura do Consentimento (TCLE/TCLE-R/TALE):

Adequado

Necessita de Adequação

Não se aplica, uma vez que a dispensa do consentimento foi deferida

ITEM 16. Justificativa de Dispensa do Consentimento:

Indeferida

Deferida de acordo com as justificativas apresentadas

Poderá ser Deferida desde que apresente justificativas mais adequadas

Não se aplica, uma vez que será necessária a apresentação do consentimento

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

ITEM A. Carta de encaminhamento do Projeto:

Apresentada e Adequada

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

Apresentada com Inadequações

ITEM B. Declaração de Compromisso do Pesquisador responsável:

Apresentada e Adequada

Apresentada com Inadequações

ITEM C. Folha de Rosto:

Apresentada e Adequada

Apresentada com Inadequações

ITEM D. Termo de Anuência OU Termo de Coparticipação:

Apresentado e Adequado

Apresentado com Inadequações

ITEM E. Curriculum Lattes de todos os envolvidos na pesquisa:

Apresentado(s) e Adequado(s)

Apresentado com Inadequações

ITEM F. Projeto Brochura.

Apresentado e Adequado

Apresentado com Inadequações

ITEM G. TCLE/TCLE-R/TALE:

Apresentado(s) e Adequado(s)

Apresentado(s) com Inadequações

Não se aplica, uma vez que FOI SOLICITADA a dispensa do consentimento

ITEM H. Dispensa do Consentimento:

Apresentada e Adequada

Apresentada com Inadequações

Não se aplica, uma vez que NÃO FOI SOLICITADA a dispensa do consentimento

Recomendações:

a) Recomendamos aos pesquisadores que procurem o CEP-FEPECS para esclarecerem as dúvidas sobre as pendências emitidas neste parecer antes de enviarem suas respostas à Plataforma Brasil.

b) A forma de contato com o CEP-FEPECS pode ser PRESENCIAL OU pelo TELEFONE institucional: (61) 3449-7895 (no horário comercial, com exceção das segundas-feiras pela manhã por ser dia de reunião do colegiado) OU através do E-MAIL: cep@fepecs.edu.br (todos os dias da semana).

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

c) O pesquisador também poderá optar em solicitar esclarecimentos através de REUNIÃO VIRTUAL. Para isso deverá enviar a solicitação para o e-mail: cep@fepecs.edu.br

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PROJETO APROVADO

- A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais.

- O pesquisador assume o compromisso de garantir o sigilo que assegure o anonimato e a privacidade dos participantes da pesquisa e de que os dados obtidos na mesma deverão ser utilizados exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo.

- Cabe, ainda, ao pesquisador:

- a) desenvolver o projeto conforme delineado;
- b) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- c) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- d) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- e) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- f) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

***** Resposta à Pendência apontada no último parecer: ACATADA

Justificativa Insuficiente para o Tamanho Amostral

a. Descrição da Pendência:

Embora o projeto informe que a abordagem qualitativa fundamenta-se na profundidade das análises e na amostragem intencional, a justificativa para a escolha do número estimado de entrevistas

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br

Continuação do Parecer: 7.771.931

(aproximadamente

6, distribuídas entre três grupos) ainda é insuficiente. Não foram apresentados critérios claros para a escolha desse quantitativo, considerando o uso de diversos prontuários, conforme descrito no projeto.

b. Base Legal para emissão da Pendência:

Resolução CNS nº 466/2012, item III.2.e ζ O projeto de pesquisa deve apresentar o tamanho da amostra e sua justificativa, compatível com os objetivos e a metodologia proposta.

c. Ajuste solicitado pelo CEP-FEPECS:

Ajustar o protocolo de pesquisa com uma justificativa mais robusta para o tamanho amostral proposto, explicando os critérios adotados (ex: saturação, representatividade de subgrupos, viabilidade institucional), especialmente em relação às entrevistas com as participantes e profissionais.

*****Resposta do pesquisador***

Texto original:

A abordagem qualitativa adotada neste estudo tem como foco a profundidade da análise sobre as experiências de mulheres autoras de ofensa sexual, sendo a amostragem predominantemente intencional. No que se refere aos prontuários, será realizado o levantamento de todos os casos registrados desde o início do serviço. Para as entrevistas, tanto com as mulheres quanto com os profissionais, estima-se um total aproximado de 6 entrevistas, distribuídas entre os três grupos.

Texto alterado:

A abordagem qualitativa adotada neste estudo tem como foco a profundidade da análise sobre as experiências de mulheres autoras de ofensa sexual, sendo a amostragem predominantemente intencional. No que se refere aos prontuários, será realizado o levantamento de todos os casos registrados desde o início do serviço. Para as entrevistas, tanto

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

com as mulheres quanto com os profissionais, estima-se um total aproximado de 6 entrevistas, distribuídas entre os três grupos definidos no estudo. Esse quantitativo foi determinado a partir de três critérios principais:

Viabilidade institucional ζ O grupo de mulheres atendidas pelo serviço apresenta difícil acesso, em virtude da relutância em participar de pesquisas, o que impõe limites práticos à composição da amostra.

Tamanho reduzido da equipe profissional ζ Como evidenciado por Nunes e Morais (2021), há um número limitado de profissionais da saúde e da justiça que atuam diretamente com essa temática. No CEPAV Alecrim, por exemplo, existem atualmente apenas quatro profissionais responsáveis pelo atendimento tanto de homens quanto de mulheres.

Saturação teórica ζ Em estudos qualitativos, o número de entrevistas não é definido apenas por critérios quantitativos, mas pela capacidade de alcançar saturação, ou seja, o ponto em que novas entrevistas deixam de trazer informações relevantes ou distintas. Considerando a especificidade do fenômeno estudado, estima-se que seis entrevistas sejam suficientes para alcançar esse ponto, garantindo a profundidade da análise proposta. PROJETO APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2543188.pdf	08/08/2025 13:47:53		Aceito
Outros	resposta_as_pendencias_eticas_assinado.pdf	08/08/2025 13:45:16	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_corrigido.pdf	08/08/2025 13:38:49	RANIELI CARVALHO GOMES	Aceito

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.710-907

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3345-7895

E-mail: cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

Investigador	Projeto_corrigido.pdf	08/08/2025 13:38:49	DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido_2.pdf	14/07/2025 09:46:39	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	16/02/2025 18:55:08	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Liana_Fortunato_Costa.pdf	31/10/2024 17:43:28	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Ranieli_Carvalho_Gomes_de_Sousa.pdf	31/10/2024 17:42:01	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Lana_dos_Santos_Wolff.pdf	31/10/2024 17:41:34	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Guaia_Monteiro_Siqueira.pdf	31/10/2024 17:41:11	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	31/10/2024 17:30:38	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	CARTA_DE_REVISAO_ETICA.pdf	31/10/2024 17:28:17	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	31/10/2024 17:24:40	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.pdf	31/10/2024 17:02:16	RANIELI CARVALHO GOMES DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE - FEPECS/SES/DF



Continuação do Parecer: 7.771.931

BRASILIA, 17 de Agosto de 2025

Assinado por:
Marcondes Siqueira Carneiro
(Coordenador(a))

Endereço: SMHN 03, Conjunto A, Bloco 1, Edifício FEPECS, Térreo, Sala CEP
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.710-907
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3345-7895 **E-mail:** cep@fepecs.edu.br